





Universidade do Minho

Escola de Economia e Gestão

Diogo António Peixoto da Silva

**Uma Lei Bosman no futebol amador? O impacto da
livre circulação de jogadores no Campeonato
Popular de Futebol de Barcelos.**

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Economia Social

Trabalho efetuado sob a orientação do
Professor Doutor Anthony Macedo
e do
Professor Doutor Paulo Jorge Reis Mourão

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



**Atribuição
CC BY**

<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Agradecimentos

Em primeiro lugar, quero agradecer aos meus pais, por todo o apoio que me deram, pelos sacrifícios que fizeram por mim e que me tornaram na pessoa que sou hoje.

Aos meus amigos, que estiveram comigo nos bons e maus momentos, na diversão e no caos, que me encaminharam quando era preciso e que permitiram desanuviar, um obrigado muito especial.

Agradeço também à pessoa que esteve sempre ao meu lado ao longo deste percurso. Uma página não chega para descrever o quão importante foste para tudo isto e o quanto significas para mim. Agradeço-te, do fundo do coração, por toda a tua disponibilidade, pelo teu afeto, pela ajuda incansável e pela paciência nos momentos mais difíceis. Obrigado, Carina!

Por fim, quero agradecer aos meus orientadores, o professor doutor Anthony Macedo e o professor doutor Paulo Mourão, por toda a disponibilidade, paciência, por me guiarem durante toda esta etapa da minha vida académica e por partilharem todo o conhecimento que contribui para a realização deste trabalho e para o meu enriquecimento pessoal.

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

Universidade do Minho, 30 de abril de 2025

Uma Lei Bosman no futebol amador? O impacto da livre circulação de jogadores no Campeonato Popular de Futebol de Barcelos

Resumo

O objetivo deste estudo é avaliar o equilíbrio competitivo no Campeonato Popular de Futebol de Barcelos, analisando o impacto de uma alteração nas regras, que aboliu a restrição que impedia os clubes de inscreverem mais de seis jogadores não naturais da freguesia por equipa. Para avaliar a evolução do equilíbrio competitivo, analisamos os dados de desempenho das equipas entre as épocas de 1999/2000 e 2018/2019, utilizando indicadores de concentração como o Índice Normalizado de Herfindahl-Hirschman (nHHI) e o Índice de Herfindahl de Equilíbrio Competitivo (HICB), bem como indicadores de domínio, como o número de títulos conquistados, número de títulos conquistados por período, número de períodos com títulos consecutivos e percentagem de títulos conquistados.

De modo a complementar a análise, com base nos dados dos Censos Nacionais de 2011 e 2021, estudamos as características demográficas e socioeconómicas das comunidades representadas na liga, com o intuito de compreender como essas condições evoluíram após a alteração da regra e de que forma podem estar relacionadas com o desempenho desportivo.

Por fim, as conclusões deste estudo indicam que o Campeonato Popular de Futebol de Barcelos se tornou mais equilibrado após a eliminação da regra que limitava a inscrição de jogadores estrangeiros, refletido nos valores mais baixos dos indicadores de concentração (nHHI e HICB). No entanto, apesar deste equilíbrio geral, registou-se uma maior concentração de títulos numa única equipa no período pós-mudança. Verificou-se ainda que, antes da alteração regulamentar, o fator populacional era mais importante para o sucesso das equipas, favorecendo freguesias mais populosas, enquanto, após a eliminação da regra, o fator financeiro passou a ter maior peso, beneficiando freguesias com maior poder económico na formação de equipas mais competitivas. Discute-se ainda as implicações sociais mais amplas do futebol amador e destaca-se a relevância desta análise no contexto da Economia Social, nomeadamente na compreensão de como o desporto comunitário se relaciona com o desenvolvimento local e a coesão social.

Palavras-chave: Comunidades; Economia Social; Equilíbrio Competitivo; Futebol; Sociedade.

A Bosman Ruling in Amateur Football? The Impact of Free Player Movement in the Campeonato Popular de Futebol de Barcelos

Abstract

The objective of this study is to assess the competitive balance in the *Campeonato Popular de Futebol de Barcelos* by examining the impact of a major rule change that, in 2010, abolished the restriction preventing clubs from registering more than six non-local players per team. To evaluate the evolution of competitive balance, we analyze team performance data from the 1999/2000 to 2018/2019 seasons using concentration indicators such as the Normalized Herfindahl-Hirschman Index (nHHI) and the Herfindahl Index of Competitive Balance (HICB), as well as dominance indicators, such as the number of titles won, number of titles won per period, number of periods with consecutive titles, and percentage of titles won.

Furthermore, drawing on national census data from 2011 and 2021, we explore the demographic and socio-economic characteristics of the communities represented in the league, in order to understand how these conditions evolved after the rule change and how they may relate to sporting performance.

The conclusions of this study indicate that the Campeonato Popular de Futebol de Barcelos became more competitively balanced after the elimination of the rule limiting the registration of foreign players, as evidenced by the lower values of the concentration indicators (nHHI and HICB). However, despite this greater overall balance, there was a higher concentration of titles won by a single team during the post-rule change period. Furthermore, it was found that, prior to the regulatory change, population size played an important role in determining team success, favoring communities with larger populations, whereas after the elimination of the rule, financial strength became more decisive, with wealthier communities able to recruit better players and assemble more competitive teams. It also discusses the broader social implications of amateur football and highlights the relevance of this analysis within the context of the Social Economy, particularly in understanding how community sports relate to local development and social cohesion.

Keywords: Competitive Balance; Communities; Social Economy; Football; Society.

Índice

1-Introdução	9
2-Revisão de Literatura	10
2.1- Regulação e Equilíbrio Competitivo no Futebol: Impactos da Lei Bosman e Outras Medidas	10
2.1.1-Equilíbrio Competitivo	10
2.1.2-Lei Bosman	15
2.1.3-Medidas Regulatórias no Futebol e o seu Impacto.....	18
2.2- O Futebol como Fenómeno Social: Relevância Sociocultural e Métodos de Avaliação.....	24
2.2.1-Impacto do Desporto na Sociedade	24
2.2.2-Impacto do Futebol na Sociedade.....	26
2.2.3-Avaliação do Impacto Social do Futebol	31
2.2.4-Síntese e Fundamentação para o Problema.....	32
3-Metodologia.....	35
3.1-Problema e Hipóteses de Investigação	35
3.2-Sistema de Pontuação e Regulamentos de Competição	36
3.3-Indicadores da Investigação	37
3.4-Recolha de Dados	40
4-Resultados e Discussão	40
4.1-Resultados da Investigação	40
4.2-O Contexto Demográfico e Socioeconómico das Freguesias de Barcelos	46
4.3-Implicações dos Resultados para a Economia Social	54
5-Conclusões.....	55
Referências	58
Anexo 1- Pontuações das Épocas do Campeonato Popular de Futebol de Barcelos.	64
Anexo 2- HHI _{max} calculados por Ávila-Cano e Triguero-Ruiz	72

Índice de tabelas

Tabela 1. Valores do nHHI para as épocas anteriores à abolição da regra	41
Tabela 2. Valores do nHHI para as épocas posteriores à abolição da regra	41
Tabela 3. Valores do HICB para as épocas anteriores à abolição da regra.....	42
Tabela 4. Valores do HICB para as épocas posteriores à abolição da regra	43

Tabela 5. Número de títulos conquistados por equipa do Campeonato	44
Tabela 6. Número de títulos conquistados por equipa no período anterior à abolição da regra	44
Tabela 7. Número de títulos conquistados por equipa no período posterior à abolição da regra.....	45
Tabela 8. Clubes que conquistaram títulos consecutivos e respetivos períodos	45
Tabela 9. Freguesias presentes no Campeonato e respetivas equipas	47
Tabela 10. Variáveis demográficas e socioeconómicas de cada freguesia em 2011	49
Tabela 11. Variáveis demográficas e socioeconómicas de cada freguesia em 2021	52

1- Introdução

O futebol, sendo um dos desportos mais populares em todo o mundo, considerado até um fenómeno social (Costa, 2023), tem uma presença significativa em Portugal, incluindo no futebol amador. Exemplo disso é o Campeonato Popular de Futebol de Barcelos.

Este campeonato, que tem sido um pilar da comunidade local e que conta com forte apoio da mesma, exemplo disso é o facto de que 4000 pessoas assistiram à final da taça que decorre em simultâneo com este campeonato (Costa, 2023), passou por uma mudança significativa na sua estrutura competitiva no ano de 2010 - o fim de uma regra que limitava o número de jogadores extra-freguesia, destacando-se assim um paralelismo interessante com a Lei Bosman, que nos anos 90, permitiu a livre circulação de jogadores europeus entre os países membros (Douvis & Billonis, 2005).

Pretende-se explorar o impacto desta mudança no equilíbrio competitivo do campeonato. A regra anterior, que limitava a inclusão de jogadores de fora da freguesia, tinha como objetivo manter a competição equilibrada e concentrada nos atletas amadores locais, privilegiando a ligação à comunidade local. No entanto, com o seu fim, as equipas têm agora a liberdade de recrutar talentos de outras freguesias de Barcelos, potencialmente alterando a dinâmica competitiva do campeonato.

Através de uma revisão de literatura, presente no capítulo dois, serão expostos os principais conceitos sobre equilíbrio competitivo, como esse afeta o futebol propriamente dito, o número de adeptos presentes nos jogos e como as equipas tiram partido ou não da inclusão de jogadores “estrangeiros” (no caso do Campeonato Popular de Futebol de Barcelos, por estrangeiros denominam-se os jogadores com origem fora da freguesia da equipa a que pertencem). Mais ainda esta revisão aborda quais são as implicações sociais do desporto, fornecendo mais detalhadamente informações sobre o impacto do futebol na sociedade e como é efetuada a avaliação desse impacto social.

Vamos analisar, no capítulo quatro, como a mudança de regra afetou a competição na sua globalidade, através dos registos de pontuações de épocas entre 99/00 e 18/19 recorrendo a indicadores, tanto de concentração como de domínio, desenvolvidos em maior detalhe no capítulo três, como o Índice Normalizado de Herfindahl-Hirschman (nHHI), o Índice de Herfindahl de Equilíbrio Competitivo (HICB), o número de títulos conquistados, número de títulos conquistados por período, número de períodos com títulos consecutivos e percentagem de títulos conquistados, averiguando se esta mudança levou a uma maior disparidade entre os intervenientes deste campeonato e como isto poderá influenciar o futuro desta competição e de outras semelhantes. Após isso, com dados provenientes dos censos nacionais de 2011 e 2021, pretende-se aferir que condições tinham as freguesias com clubes no campeonato, no momento após a mudança e num momento posterior, de

modo a comparar a sua evolução. Por fim, no capítulo cinco discute-se as conclusões do estudo, futuras sugestões de políticas e as limitações desta investigação.

2- Revisão de Literatura

Nesta parte serão explicados os principais conceitos necessários à compreensão desta investigação. Esta encontra-se dividida em dois subcapítulos distintos, o primeiro dedicado à regulação e equilíbrio competitivo no futebol, focado nos conceitos de equilíbrio competitivo (2.1.1), que é um tema discutido no futebol atual, inclusive na literatura académica e da conjuntura apropriada como a Lei Bosman (2.1.2) e as medidas regulatórias no futebol e o seu respetivo impacto (2.1.3). O segundo subcapítulo, aborda o futebol como fenómeno social, elaborando sobre as implicações sociais do desporto, nomeadamente o impacto do desporto na sociedade (2.2.1), o impacto do futebol na mesma (2.2.2) e como é efetuada a avaliação desse impacto social (2.2.3). Para terminar, é feita uma pequena síntese dos temas referidos neste parágrafo (2.2.4).

2.1 - Regulação e Equilíbrio Competitivo no Futebol: Impactos da Lei Bosman e Outras Medidas

2.1.1- Equilíbrio Competitivo

Um conceito muito importante na literatura do equilíbrio competitivo, a hipótese da incerteza do resultado, é uma hipótese central na economia do desporto desde a década de 1950, na tentativa de explicar o comportamento de consumo dos espetadores desportivos (Rottenberg, 1956). Rottenberg (1956), apresenta a hipótese de que uma pequena diferença de qualidade entre dois opositores num evento desportivo maximiza o bem-estar daqueles que o frequentam, ou nas palavras do autor, "que uma distribuição mais ou menos igual de talento é necessária para existir incerteza do resultado; e que a incerteza do resultado é necessária para o consumidor estar disposto a pagar a entrada para o jogo".

Para Marques (2002), um clube desportivo precisa de manter um nível competitivo que garanta a sua continuidade no futuro. Ele refere que, ao contrário de outros setores, nos quais habitualmente as empresas prosperam eliminando concorrentes, procurando o monopólio no mercado, no futebol esse não é o caso. Marques (2002) argumenta ainda que a incerteza do resultado de um jogo atrai um maior número de espetadores e reduz a posição dominante de uma equipa específica num determinado campeonato. Isto ocorre porque um único clube não pode satisfazer todos os consumidores, dado o facto que é um desporto disputado por duas equipas em campo e entre várias equipas no contexto do campeonato global. O equilíbrio competitivo num campeonato é caracterizado pela incerteza do resultado

e, por isso, é absolutamente necessário garantir que essa incerteza exista para que os adeptos procurem os eventos desportivos. O autor conclui que quanto mais difícil for de prever o resultado de um jogo, maior será o número de espetadores e que, quanto mais próximas forem as probabilidades de vitória entre as equipas, mais atrativo se tornará o campeonato.

De facto, existe um número significativo de índices, fórmulas e até mesmo variações de medir o equilíbrio competitivo (Zimbalist, 2002). Alguns autores como Evans (2014), tendem em agrupá-las e classificá-las de três maneiras: medidas de domínio, medidas de concentração e medidas que combinam concentração e domínio. As medidas de concentração medem a proximidade entre as várias equipas numa determinada temporada (denominado por nível de concentração) enquanto as medidas de domínio medem a extensão em que as mesmas equipas continuam a vencer ao longo de um determinado período de tempo, por norma ao longo de várias temporadas (denominado por nível de domínio). Algumas destas medidas serão explicadas em maior detalhe no capítulo três da metodologia.

Arrondel e Duhautois (2020) afirmam que equilíbrio competitivo é a noção de equilíbrio nas competições e que a relação entre equilíbrio competitivo e a procura dos consumidores/fãs está longe de ser óbvia, apesar de muitos autores considerarem que o equilíbrio competitivo aumenta a utilidade dos fãs e, consequentemente, os seus gastos e as receitas dos clubes profissionais envolvidos. Afirmam também que, por o equilíbrio competitivo ser considerado essencial para as competições, várias medidas que procuravam aumentar (ou evitar que diminuísse) foram implementadas nas competições profissionais, exemplo disso foram algumas alterações de regras (como os tetos salariais ou a partilha de receitas, conceitos esses desenvolvidos no ponto 2.1.3) ou a distribuição mais igualitária dos direitos televisivos. A ideia é que campeonatos com competições desequilibradas, por exemplo, onde uma equipa é superior a todas as outras tem um efeito negativo na procura dos fãs, levando a uma queda na presença nos estádios e nas audiências de televisão e, consequentemente, a uma redução da receita dos clubes (Arrondel & Duhautois, 2020).

Gerrard e Kringstad (2022) consideram o equilíbrio competitivo como um conceito multidimensional, tentando categorizar as respetivas medidas de equilíbrio competitivo em relação à dimensão (ou combinação de dimensões) que elas representam. Kringstad e Gerrard (2007) categorizam essas medidas em três dimensões de equilíbrio competitivo: dispersão de vitórias (distribuição de vitórias entre as equipas numa única época), persistência de desempenho (relação dos registos de vitórias e derrotas das equipas ao longo das temporadas) e concentração de prémios (distribuição de títulos de liga entre equipas ao longo das temporadas).

Fort e Maxcy (2003), defendem a perspetiva que a literatura empírica sobre equilíbrio competitivo

pode ser agrupada em duas linhas distintas. A primeira é referida como "a própria literatura de análise do equilíbrio competitivo", onde descrevem o que aconteceu com o equilíbrio competitivo, como este se transformou e evoluiu ao longo do tempo, sendo essa evolução o resultado de mudanças nas práticas comerciais do desporto profissional. A segunda linha da literatura sobre equilíbrio competitivo, seguindo Cairns e colegas (1986), aborda o efeito do equilíbrio competitivo sobre os fãs e testa a incerteza da hipótese de resultado.

Cairns e colegas (1986) sugerem a existência de três tipos de incerteza temporal: a de curto, a de médio e a de longo prazo. A incerteza de curto prazo é chamada de "Incerteza do resultado do jogo", afirmando que haverá mais interesse dos consumidores se a probabilidade de vitória das duas equipas for semelhante, argumentando que os espetadores preferem jogos equilibrados e têm maior probabilidade de comparecer se tal acontece.¹

A incerteza de médio prazo é denominada de "Incerteza de temporada", em que esta avalia o resultado final da temporada em duas formas distintas, a de haver possibilidade de existirem várias equipas na luta pelo título ou de haver a possibilidade de existirem várias equipas na luta pela manutenção (evitar a descida de divisão), argumentando que, quanto maior for a incerteza em torno do resultado de uma equipa nestas situações, maior será a utilidade esperada para o consumidor dos eventos desportivos. (Cairns et al., 1986). Esta incerteza é calculada através de indicadores de concentração como o índice de Herfindahl-Hirschman, e o índice de Gini (Arrondel & Duhautois, 2020; Evans, 2014).

A incerteza de longo prazo é denominada como a "Incerteza do Campeão" ou a "Incerteza do Campeonato", definida como a falta de domínio de uma equipa ou de um pequeno grupo de equipas numa determinada competição. Se houver um domínio muito evidente de uma equipa específica numa competição, em que uma equipa ou um pequeno grupo de equipas ganha sistematicamente o título de campeão em várias ocasiões consecutivas, assume-se que os adeptos podem perder interesse nos jogos e, consequentemente, ocorrer uma redução na procura dessa competição (Cairns et al., 1986).

Embora o equilíbrio competitivo seja associado, em teoria, à ideia de que a incerteza no resultado aumenta a procura dos adeptos, existem exemplos práticos que apontam para conclusões opostas.

São exemplo disso as pesquisas de Andreff (2014, 2018), as quais mostram que a presença nos estádios é alta na Inglaterra e na Alemanha, mas relativamente baixa na França e na Itália, sem

¹ Peel e Thomas (1988), propõem que esta incerteza seja calculada através das probabilidades de vitória em casa derivadas das probabilidades de apostas que procuram verificar se existe uma relação em forma de U invertido entre a probabilidade de vitória em casa e a procura dos consumidores, ou seja, testam se a presença dos adeptos é maximizada quando tanto a equipa da casa como a visitante têm hipóteses iguais de vencer.

haver qualquer evidência de que se relaciona com o equilíbrio competitivo destes campeonatos, uma vez que a liga francesa estava associada ao maior nível de incerteza até a aquisição do Paris Saint-Germain Football Club (PSG), equipa essa adquirida pelo Qatar Sports Investment, um fundo de investimentos ligado ao governo do Qatar, que tornou o PSG numa equipa muito superior ao resto da liga, com uma forte capacidade de investimento (Bocquet & Dalakas, 2023).²

Já a pesquisa de Pawlowski (2013) identifica duas abordagens de medir a procura e o interesse dos consumidores pelo equilíbrio competitivo: a de preferências reveladas e a de preferências declaradas. A abordagem de preferências reveladas examina dados de assistências nos estádios ou de audiências televisivas, partindo do princípio de que as ações dos consumidores revelam as suas preferências, mas Pawlowski (2013) sugere que essa abordagem pode ter utilizado métricas inadequadas para medir o equilíbrio competitivo. Mesmo com métricas adequadas, as variações observadas nesse equilíbrio podem ser insuficientes para influenciar a procura significativamente. Já a abordagem de preferências declaradas examina os dados de inquéritos ou entrevistas, em que os consumidores dizem diretamente o que preferem, permitindo assim diferenciar o equilíbrio competitivo objetivo do equilíbrio competitivo percebido pelos adeptos.

É importante realçar que a diferença entre o equilíbrio competitivo percebido e o equilíbrio competitivo objetivo baseia-se no pressuposto de que os consumidores estão sujeitos a enviesamentos comportamentais, sendo o objetivo uma medida "real" da distribuição de forças entre as equipas com base em estatísticas concretas, enquanto o percebido corresponde à forma como os adeptos interpretam esse equilíbrio, independentemente dos dados objetivos (Macedo, 2023).

Por exemplo, Pawlowski e Anders (2012) conduziram entrevistas em estádios e bares na Alemanha para obter uma medida subjetiva da incerteza de resultado percecionada pelos adeptos. Estes autores detetaram um efeito positivo significativo na procura de bilhetes quando a equipa da casa e/ou a equipa visitante ainda têm uma chance teórica de ganhar o campeonato. No entanto, essa mesma importância sugerida não é confirmada quando as equipas estão a disputar outros objetivos como a qualificação para a Liga dos Campeões da UEFA.

Contudo, este tipo de abordagem não é objetivo e matematicamente calculado como outras já referidas. Por essa razão, o presente estudo opta por medidas matematicamente calculadas, pois assim evita o viés subjetivo que pode ocorrer em inquéritos ou entrevistas e permite a comparação dos resultados obtidos, os quais métodos podem ser replicados e utilizados para a elaboração de estudos semelhantes noutros contextos desportivos.

² Segundo o portal Transfermarkt, nas últimas 9 temporadas, o PSG foi campeão por 7 vezes.

A literatura também atribui a incerteza de resultados a diversos fatores. Gilch (2022) atribui essa incerteza a dinâmicas do jogo, explicando que muitas destas partidas podem ser influenciadas por momentos chave como performances individuais ou coletivas acima do esperado, erros individuais, lesões, erros de arbitragem ou até momentos de “pura sorte”, e como estes são difíceis de prever, a maior parte dos resultados é um reflexo das qualidades (ofensivas e defensivas) das equipas em questão.

Do lado oposto, Anderson e Sally (2013) argumentam que a sorte representa um papel crucial no futebol. Por exemplo, uma equipa pode dominar em estatísticas como remates e posse de bola, mas acabar por perder. Eles destacam como eventos aleatórios como golos desviados ou decisões controversas da equipa de arbitragem influenciam o desenrolar da partida, em certos casos até mais que superioridade tática ou habilidade. Num desporto em que não se marca/pontua frequentemente, como o futebol, estes eventos aleatórios tendem a decidir os jogos mais equilibrados (Anderson & Sally, 2013).

Existem exemplos em outros desportos que corroboram as ideias de Anderson e Sally (2013). Sobkowicz e colegas (2020), de forma a estimar o papel do acaso na conquista do sucesso, compararam dados empíricos de competições de corrida de 100 metros, considerando que esta é uma das modalidades desportivas com maior controlo sobre fatores externos, em termos de aleatoriedade, através de um modelo computacional baseado em agentes como o talento dos atletas e a sorte. Os resultados obtidos indicaram uma contribuição pequena do fator aleatório no desempenho dos melhores velocistas. Os resultados afirmam que a sorte aleatória representa aproximadamente 4% do desempenho nos homens e 6% nas mulheres, o que pode ser considerado um limite inferior na estimativa do papel do acaso em outras situações menos controladas, nomeadamente desportos coletivos como o futebol.

Também são considerados os fatores psicológicos nesta incerteza. Fatores como a ansiedade e o stress aumentam a tendência de o jogador se concentrar em estímulos irrelevantes, prejudicando a sua capacidade de marcar golos e a sua tomada de decisão (Eysenck & Wilson, 2016).

Jordet (2005) refere que processos cognitivos como a atenção, perceção, antecipação, intenção e tomada de decisão têm um papel fulcral na performance de alto rendimento, particularmente numa dinâmica de um desporto de equipa complexo. Ele dá o exemplo dos médios no futebol, sendo esta uma posição rodeada de outros jogadores pela posição no centro do terreno, cujas posições e movimentos têm de ser percebidos e, consequentemente, seguidos de uma reação apropriada para o contexto do jogo. Este tipo de jogadores precisa de processos de reunião de informação efetivos, corrigir informação no momento e de forma rápida e decisiva compreender quando atuar e que ações tomar com a bola (Jordet, 2005). Devido a esta complexidade, fatores psicológicos como a ansiedade podem afetar a capacidade de executar essas ações de forma eficaz. Atletas com “maiores” níveis de ansiedade são

mais predispostos a variações de performance no futebol, pois experienciam respostas de stress mais pronunciadas durante os jogos (Woodman & Hardy, 2003).

Existem também vários determinantes que influenciam o equilíbrio competitivo, nomeadamente medidas de distribuição das receitas, regulamentações e políticas de transferências, mecanismos de controlo salarial como os tetos salariais, fenómenos como a globalização e o acesso a talentos internacionais, o número de equipas e o formato da competição entre outros. Todos estes determinantes serão desenvolvidos em maior detalhe nas secções seguintes.

2.1.2- Lei Bosman

A Lei Bosman, cujo nome deriva do jogador belga que levou o seu caso a tribunal, teve um enorme impacto no futebol global. O caso remonta ao ano de 1990, no qual Jean-Marc Bosman argumentava que tinha o direito de se transferir para outro clube sem qualquer taxa de transferência, já que o seu contrato havia expirado, contrariando assim a prática comum até então no futebol europeu. Após 5 anos de processos, em 1995, o Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE) atribuiu a razão a Bosman, não só abolindo uma das principais regras do sistema de transferências da época como considerou que qualquer limitação ao número de jogadores com passaportes da União Europeia (UE) era ilegal, citando as regulamentações da própria UE do Artigo 58 do Tratado de Roma de 1957, que garantia que a força de trabalho com passaportes da UE tinha liberdade absoluta de movimento dentro dos países pertencentes a esta organização (Douvis & Billonis, 2005).

A partir deste momento deixaram de existir duas das regulamentações mais intrínsecas do sistema de transferências da época, sendo abolidas quaisquer taxas a pagar a clubes por jogadores fora de contrato e qualquer limite de contratação de jogadores de nacionalidades pertencentes à UE. Apesar disso a União das Associações Europeias de Futebol (UEFA) tentou convencer o TJUE de que os efeitos de tal decisão causariam sérios danos ao futebol, sendo esse apelo ignorado pelo TJUE que baseou a sua decisão em factos económicos e na liberdade de concorrência, considerando que o desporto era uma indústria como qualquer outra e não uma atividade cultural, intimamente ligada às tradições de cada país. Esta lei trouxe assim diversas consequências tanto para clubes como jogadores em diferentes aspetos, tais como abolições de certas taxas de transferências, salários mais altos, contratos mais longos e a abolição de quotas para jogadores estrangeiros alterando o equilíbrio competitivo, as práticas de contratação e o próprio relacionamento entre jogadores, clubes e adeptos (Douvis & Billonis, 2005).

Uma dessas mudanças resultantes foi a possibilidade de os clubes exigirem uma taxa de transferência para jogadores que saem durante a vigência de um contrato. Esta condição incentivou os

clubes a assinarem contratos de longo prazo com os jogadores mais valiosos, através dos quais os transformava em ativos financeiros que poderiam ser vendidos se necessário. Estes contratos de longo prazo passaram a ser vistos como uma espécie de "bilhete de lotaria" para os clubes, uma vez que alguns jogadores, ao demonstrar talento e consistência, poderiam gerar receitas substanciais para os clubes em futuras transferências. Ao mesmo tempo, era do interesse dos jogadores aceitar contratos mais longos devido à segurança e estabilidade que eles oferecem numa carreira marcada por incertezas como lesões, beneficiando assim ambos os lados: os clubes garantem o jogador como um ativo valioso, enquanto os jogadores obtêm uma maior segurança financeira para o futuro (Szymanski & Kuypers, 1999).

Outra grande consequência da Lei Bosman foi a maior liberdade de mobilidade concedida aos atletas, mobilidade essa que teve um impacto direto nos salários e na estrutura dos contratos. Com a possibilidade de mudar de clube sem taxas de transferência no final dos contratos, os jogadores ganharam maior poder de negociação, exigindo salários mais altos e melhores condições para permanecerem num clube. Em simultâneo, os clubes começaram a oferecer contratos mais longos para reter os seus melhores talentos, o que tornou estes jogadores um investimento financeiro mais seguro, aumentando assim tanto o valor das suas transferências como os seus salários. No entanto, esta prática também gerou um aumento considerável na carga financeira dos clubes, criando uma maior pressão económica sobre as equipas “menores”, que frequentemente não conseguem competir com os salários oferecidos pelas equipas de maior poderio financeiro (Douvis & Billonis, 2005; Szymanski & Kuypers, 1999).

A pesquisa de Dobson e Goddard (2001) confirma esse aspeto que, de forma algo não intencional, a Lei Bosman causou impactos nas verbas de transferências pagas. Apesar do seu objetivo ser evitar que os clubes fossem feitos “prisioneiros”, acabou por inflacionar as verbas de transferências por jogadores ainda sobre contrato. Como os clubes ficaram atentos à possibilidade de perder um jogador a custo zero no final do seu contrato, estes procuravam vender o jogador antes do seu contrato expirar ou oferecer contratos de longa duração de modo a mantê-lo, aumentando significativamente o valor das transferências.

Bourg e Gougnet (2023) acreditam que a Lei Bosman, simultaneamente com o desenvolvimento do futebol e a sua respetiva monetarização, através de canais pagos de televisão que seguiram as desregulações de outros meios audiovisuais, aumentaram a procura dos adeptos e as receitas dos clubes. Estes fatores legais e económicos contribuíram para a inflação das verbas de transferências, principalmente em avançados, considerados mais “importantes” e “vistosos” que defesas e guarda-redes

(Anderson & Sally, 2013).

A Lei Bosman também eliminou certas taxas de transferência e quotas para jogadores estrangeiros, o que trouxe implicações adicionais. A abolição das taxas de transferência significou que os jogadores passaram a desfrutar de maior liberdade de mobilidade, mas também resultou numa menor motivação para que os clubes investissem em jovens jogadores, além de uma perda de receita para clubes pequenos, que antes dependiam dessas transferências para equilibrar suas finanças. A ausência de quotas para estrangeiros aumentou o número de oportunidades de emprego em diferentes mercados, mas causou uma certa perda de identidade dos clubes, afetando a relação entre adeptos e clubes devido à crescente presença de jogadores estrangeiros, o que, em alguns casos, diluiu os laços locais e culturais. Mais ainda, a prática de contratos mais longos também trouxe desafios. Embora garantam segurança de emprego aos atletas, esses contratos podem desmotivar alguns jogadores, que se "acomodam" sabendo que têm um contrato duradouro. Em algumas situações, esses contratos transformaram-se em armadilhas para os clubes, que acabam "prisoneiros" dos jogadores — os atletas, em posição de força, podem exigir melhores condições ou até forçar uma saída (Douvis & Billonis, 2005).

Szymanski (2010) afirma que a Lei Bosman levou a uma concentração de talento nos clubes mais ricos, aumentando a diferença entre os clubes de topo e os clubes menores. De facto, em ligas com alguns clubes que possuem um poder financeiro significativo, os clubes mais ricos atraíram os melhores jogadores, incluindo jogadores de equipas “inferiores”, fortalecendo-se cada vez mais à medida que enfraqueceram a competição, levando assim a uma diminuição do equilíbrio competitivo.

Essa diminuição do equilíbrio competitivo não ocorreu só nos campeonatos domésticos, mas também nas competições europeias. A UEFA Champions League, a principal competição de clubes de futebol na Europa, passou a ser cada vez mais dominada pelos mesmos clubes “de elite”, reduzindo a imprevisibilidade da competição (Kuper & Szymanski, 2014; Macedo, 2023). No passado, equipas como o Ajax, Estrela Vermelha de Belgrado e o Steaua de Bucareste, equipas de ligas consideradas de menor dimensão, conseguiam competir e até ganhar a competição, existindo um “exodus” de talentos destas equipas no período pós-Bosman para equipas com maior poderio financeiro (Lanfranchi & Taylor, 2001). Lanfranchi e Taylor (2001) também referem que a Lei Bosman não enfraqueceu os clubes menores puramente na perda de talento. As equipas de menor dimensão passaram a referidas, em alguns casos, como “feeder clubs”, pois os seus melhores talentos acabam por sair, em muitos casos no final do seu contrato a custo zero, para os seus rivais mais ricos. Esta situação levou a uma maior instabilidade financeira, pois os clubes perdem assim os seus maiores talentos e não têm capacidade de competir com os meios financeiros dos seus rivais, seja em salários ou verbas de transferência (Lanfranchi &

Taylor, 2001).

Marcén (2014), no seu estudo sobre o impacto da Lei Bosman no mercado de jogadores de futebol espanhol, conclui que esta lei teve um efeito negativo na percentagem do número de jogadores espanhóis a participar na 1ª Liga. Tanto a participação como o número de minutos jogados diminuíram, o impacto no número de golos também é negativo e sugere que o papel do jogador de nacionalidade espanhol é, em média, menos preponderante após a Lei Bosman.

2.1.3- Medidas Regulatórias no Futebol e o seu Impacto

Outro conceito importante na compreensão deste projeto é o de medidas regulatórias no futebol e o seu impacto, dada a relevância dessas medidas para a continuidade de qualquer competição, de como muitas organizações tentam promover o equilíbrio competitivo através de processos regulatórios e, apesar de ser mais importante no futebol de escalões superiores, ajudar a tirar conclusões de como o equilíbrio competitivo pode afetar as equipas, incentivando-as a apostar em talentos locais (Peeters & Szymanski, 2014; Ramchandani et al., 2023).

A UEFA introduziu o seu principal processo regulatório, o 'Financial Fair Play' (FFP) em 2011 que, inicialmente, tinha dois grandes objetivos. O primeiro era introduzir disciplina e racionalidade nas finanças dos clubes, afirmando que “os clubes que se qualificam para as competições da UEFA têm de provar que não tem dívidas em atraso em relação a outros clubes, jogadores, segurança social e autoridades fiscais”, de modo a garantir a sustentabilidade financeira dos clubes a longo prazo. O segundo era aumentar o equilíbrio competitivo, tanto em competições domésticas de cada país como em competições internacionais (como por exemplo a UEFA Champions League) (Ramchandani et al., 2023; UEFA, 2015).

Antes da introdução destas medidas regulatórias, entre 2007 e 2011, os prejuízos dos clubes quase triplicaram, passando de €0,6 bilhões para €1,7 bilhões. Este desequilíbrio financeiro ocorreu porque os clubes gastaram mais do que podiam suportar em jogadores. Embora as receitas tivessem aumentado a uma taxa média de 5,6% ao ano, os salários cresceram ainda mais, cerca de 9,1% ao ano desde 2007. Como reação a este desenvolvimento, certas partes interessadas na indústria do futebol passaram a partilhar cada vez mais a perceção de que a viabilidade e sustentabilidade a longo prazo de todo o sistema financeiro estava ameaçada pela crise financeira cada vez mais profunda dos clubes (Franck, 2018).

A partir de 2013 os clubes passaram a ter de respeitar uma gestão equilibrada de “break-even” (não podiam gastar mais do que ganhavam, restringindo, em teoria, a acumulação de dívidas) (UEFA

2020), sendo o controlo feito pelo Comité de Controlo Financeiro dos Clubes (CFCB) da UEFA que analisa em todas as épocas as contas consolidadas de todos os clubes participantes nas provas da UEFA nos últimos 3 anos. Apesar da ideia central ser uma de “break-even” por parte dos clubes, na prática a própria UEFA afirma que “em termos rigorosos, os clubes podem gastar até mais 5 milhões de euros do que ganham por período de avaliação (três anos)”.

No entanto, ao longo da última década, a eficácia do FFP foi amplamente criticada seja por questões em torno da legalidade dos regulamentos, argumentando-se que o FFP limita as injeções de financiamento externo através da regulamentação, como pelo próprio impacto do FFP na qualidade das equipas e nos salários dos jogadores (Ramchandani et al., 2023).

Franck (2013), quando discute os objetivos e efeitos do FFP, refere como o FFP limita os gastos dos clubes em salários e transferências, restringindo assim as opções de jogadores disponíveis para contratação e consequentemente uma maior utilização de jogadores dos escalões de formação ou de talentos locais. Os argumentos de Peeters e Szymanski (2014) vão ao encontro das ideias de Franck (2013), que o desenvolvimento de talentos locais é permitido por regras regulatórias como o FFP, que ao limitar os gastos superiores às receitas, incentiva os clubes a desenvolverem os seus jovens talentos contribuindo tanto para o desenvolvimento dos jogadores, como dos clubes.

Franck (2018), num dos seus trabalhos posteriores afirma que os dados mais recentes mostram que o futebol de clubes europeu é caracterizado principalmente por uma rápida recuperação financeira e por uma maior polarização, indicando também que essa recuperação financeira está intimamente relacionada com o aumento da polarização. Por outro lado, o crescimento absoluto das receitas foi muito mais forte no topo da pirâmide do futebol, consolidando ainda mais o domínio desportivo dos clubes de maior dimensão. Apesar disso, o estudo de Franck (2018) aponta para a conclusão de que a indústria do futebol se tornou financeiramente muito mais estável desde a introdução do FFP.

A pertinência deste conceito é relevante mesmo para um campeonato de futebol popular, pois alguns impactos do FFP, podem ter consequências semelhantes tanto a nível amador como a nível profissional. O mesmo princípio poderá ser aplicado em campeonatos inferiores, com regras de inscrição de jogadores considerados “estrangeiros” (que no caso do Campeonato Popular de Futebol de Barcelos, consiste em jogadores de outras freguesias) em que, em teoria, pode reduzir a qualidade global do plantel, mas aumentar a sustentabilidade financeira e limitar os custos (por exemplo custos de deslocação).

Por estas razões, existem vários pros e contras da regra de limitação de estrangeiros.

Por um lado, pode-se afirmar que a limitação de jogadores estrangeiros permite criar um maior

sentimento de orgulho local, dada a ligação com a equipa. Magee e Sugden (2002) afirmam que em situações em que os clubes são compostos por jogadores locais, como acontecia “antigamente” no futebol europeu, a ligação com os jogadores locais fortalecia o sentimento de pertença dos adeptos. Com a globalização, as equipas passaram a ser mais diversificadas, reduzindo essa ligação com a comunidade.

Brown e colegas (2006) desenvolveram o tema no contexto inglês, nomeadamente no futebol profissional de Inglaterra, no qual afirmam que o futebol “tem sido historicamente um foco para a expressão de identidades comunitárias”, argumentando que muitos dos clubes mais bem-sucedidos da atualidade atribuem as suas origens a organizações comunitárias, sendo que a maioria dos clubes surgiu com nomes compartilhados com vilas, cidades ou áreas de cidades (algo extremamente comum mesmo nos dias de hoje). Por essa razão, os clubes ganham legitimidade através dessas reivindicações históricas de “representar” as populações dessas áreas geográficas, o que para alguns também significa atribuir aos clubes uma obrigação moral de retribuir (além de entretenimento futebolístico claro) às pessoas que afirmam representar.

Essa obrigação moral de retribuição para com a comunidade circundante não se cinge apenas a essas reivindicações históricas. Tal como Kuper e Szymanski (2009) referem, a rivalidade entre equipas europeias baseadas na mesma cidade muitas vezes surgiu ao longo de linhas de classe ou religiosas, o que “moralmente” impede os fãs de “mudar” de clube.

Significa também que com menos jogadores estrangeiros, as oportunidades para jogadores locais aumentam como refere Franck (2013), em que restrições do género limitam as opções de jogadores disponíveis para contratação e consequentemente uma maior utilização de jogadores dos escalões de formação ou de talentos locais.

Permite também uma maior coesão social. Como refere Maia (2016) clubes como o Athletic Bilbao adotam uma política de recrutamento que privilegia jogadores locais, aceitando apenas atletas nascidos ou formados na região do País Basco. Este tipo de abordagem fortalece assim a identidade cultural local, promovendo a coesão social e a preservação das tradições locais.

Por outro lado, existem também algumas desvantagens desta limitação de jogadores estrangeiros. Em primeiro lugar, promove uma menor diversidade cultural dentro das equipas e limita a interação com outras culturas futebolísticas (Maia, 2016), o que no caso do Campeonato Popular de Futebol de Barcelos pode ser interpretado como uma redução na troca cultural e na interação entre as diferentes freguesias, limitando o desenvolvimento de laços sociais mais amplos dentro da região.

Pode também significar algum desnível competitivo e, consequentemente, uma menor

atratividade da competição. Freguesias com menores populações “partem em desvantagem” relativamente aos seus competidores de freguesias mais populosas, podendo ter dificuldade em montar equipas fortes devido à limitação de jogadores disponíveis, enquanto freguesias maiores poderiam ter mais talento local. Ao impedir a participação de jogadores de outras freguesias, o nível técnico e a competitividade do campeonato podem ser inferiores aos experienciados sem a existência dessa regra.

De forma algo previsível, as desvantagens da regra que limita a inscrição de jogadores estrangeiros são as vantagens da extinção dessa regra. Um campeonato “aberto” nesse sentido pode desenvolver, potencialmente, um sentido de identidade mais regional em vez de apenas local e uma maior integração regional. Com a extinção da regra, jogadores de diferentes freguesias passam a competir juntos, o que poderá aumentar o número de interações entre comunidades vizinhas e, embora esta abertura da competição possa ter enfraquecido a ligação exclusiva com cada freguesia, também pode incentivar esse sentido de identidade mais próprio da região como um todo e não como freguesia.

Da mesma maneira, a competitividade também pode ser afetada, como as equipas passaram a ter mais opções de jogadores, o nível técnico da competição pode ser superior ao experienciado anteriormente.

Existem ainda outras medidas regulatórias a abordar, nomeadamente os tetos salariais. Um teto salarial é um limite para o montante de dinheiro que é permitido a um clube gastar em salários dos atletas, normalmente definido como uma percentagem das receitas médias anuais do determinado clube e são calculadas pela organização reguladora, normalmente a liga, com base nas receitas que o clube obteve na temporada anterior. Os tetos salariais impedem assim os clubes de investir de forma excessiva em jogadores. Por essa razão os defensores desta medida citam a proteção do futuro financeiro das instituições e do desporto em si como a principal razão para a introdução de um teto salarial, de modo a evitar situações como a de muitos clubes que enfrentam uma ruína financeira depois de apostarem em atletas com salários crescentes e insustentáveis. Tal acontece, devido ao facto do mercado nos desportos coletivos profissionais, principalmente no caso de atletas “estrelas”, estar sujeito a uma competição destrutiva o que leva alguns clubes à falência. Existem inúmeras situações em que gestores dos clubes gastam excessivamente em talento na tentativa de transformar as suas equipas em candidatas a títulos, ou seja, acabando por investir para além das suas capacidades em jogadores “estrela”, como comprova o desenvolvimento das finanças dos clubes no futebol europeu (Dietl et al., 2009).

Este tipo de medida também afeta o bem-estar social. Como os tetos salariais são elaborados para limitar os pagamentos salariais, podem facilmente ser interpretados como um esforço por parte dos proprietários dos clubes para controlar os custos laborais. Seguindo nessa suposição, seria de prever

que os tetos salariais diminuíssem o bem-estar social. Na verdade, tetos salariais podem ter efeitos distintos no bem-estar social, dependendo da preferência dos adeptos em relação a talento agregado e ao equilíbrio competitivo, apesar desse efeito resultante sobre o bem-estar social ser algo contraintuitivo. Dietl e colegas (2009) referem, na sua análise que, se a liga já for muito equilibrada (no caso em que os adeptos preferem um equilíbrio competitivo), um teto salarial reduzirá o bem-estar social, pois diminuirá a qualidade da liga ao baixar o nível da competição. Neste cenário, os “ganhos adicionais” de uma medida destas, tentando equilibrar ainda mais a competição são baixos. Em contrapartida, se a liga sofre de uma distribuição desigual de talento (no caso de os adeptos preferirem o talento mais concentrado em algumas equipas), o bem-estar social (e os lucros dos clubes) podem aumentar com a implementação de um teto salarial (afirmando que a pesquisa empírica sobre o impacto do equilíbrio competitivo sugere que este segundo caso é mais realista).

Outra medida importante a desenvolver é da redistribuição das receitas pelos clubes. Szymanski e Késenne (2004) destacam que os mecanismos de partilha de receitas, embora tenham sido concebidos para promover equidade entre as equipas, nem sempre levam a um maior equilíbrio competitivo. Alguns proprietários de equipas desportivas têm usado consistentemente o equilíbrio competitivo para justificar esquemas de redistribuição e partilha de receitas, com o objetivo de equalizar os recursos para que equipas com menor capacidade de atrair público possam competir com equipas mais fortes nesse aspeto.

No entanto, Szymanski e Késenne (2004) apontam que a partilha de receitas pode reduzir o incentivo para os proprietários das equipas maximizarem o lucro investindo em talento ou desempenho. Isso ocorre porque, para cada equipa, o retorno financeiro associado às vitórias é diminuído, o que pode resultar numa menor competição para atrair os melhores jogadores e melhorar a performance geral, o que potencialmente pode também resultar em competições menos equilibradas.

De um modo geral, todas estas medidas têm como objetivo a estabilidade financeira dos clubes, estabelecendo assim a importância dessa estabilidade. De facto, é essencial pois os clubes de futebol estão fortemente interligados, produzindo em conjunto a competição do campeonato. Se alguns clubes deixassem de operar a meio da temporada, a credibilidade de todo o campeonato seria gravemente comprometida, devido aos calendários incompletos, desencadeando efeitos financeiros em dominó, já que clubes falidos deixam de cumprir suas obrigações em negócios de transferências, colocando outros clubes em risco. De modo inverso, clubes que conseguem equilibrar as contas e viver dentro da renda gerada pelo mercado do futebol são sustentáveis e não geram esse tipo de externalidade negativa, respeitando o requisito de equilíbrio financeiro e a regra de não ter pagamentos atrasados, comportando-

se, nas palavras de Franck (2018), de uma forma “justa” financeiramente falando.

Também fatores como o formato da competição e o número de equipas promovidas e despromovidas podem influenciar o equilíbrio competitivo. A forma como as equipas competem entre si e os próprios mecanismos de promoção e despromoção podem afetar diretamente não só a incerteza dos resultados, mas simultaneamente os incentivos para investimento em talento e a distribuição das receitas entre os clubes, tendo assim implicações económicas e desportivas significativas, afetando a sustentabilidade dos clubes.

Segundo Kim e Lee (2025), a introdução de um sistema de play-offs numa competição melhora significativamente o equilíbrio competitivo, pois não só cria incerteza nas receitas como incentiva o investimento das equipas de mercados pequenos em talento. Ao contrário do sistema tradicional, onde a regularidade ao longo da época tradicionalmente favorece os clubes financeiramente mais fortes, os play-offs oferecem às equipas designadas “inferiores” uma oportunidade mais justa de alcançar o sucesso, tanto desportivo como financeiro.

Embora grande parte da investigação de Kim e Lee (2025) sobre o impacto dos play-offs tenha sido conduzida no contexto do baseball, estes autores sugerem que, com algumas adaptações ao seu modelo, as suas conclusões podem ser aplicadas ao futebol. Ao adotar modelos de competição que introduzam maior imprevisibilidade e ajustem as disparidades de receitas entre clubes, as ligas podem tornar-se mais equilibradas, garantindo uma competição mais justa e atrativa para os adeptos.

Em relação ao número de equipas afetadas pela promoção e despromoção de uma liga, Noll (2002) afirma que os efeitos no equilíbrio competitivo são ambíguos. Embora o sistema aumente a incerteza dos resultados e possa incentivar o envolvimento dos adeptos, também pode gerar desigualdades financeiras entre os clubes. Nesse sentido, este autor afirma que equipas que lutam pela subida de divisão tendem a investir fortemente na aquisição de talento, contrariamente a equipas recém-promovidas que, muitas vezes, não conseguem competir financeiramente com os adversários da liga em que se encontram no momento, levando-as a investir menos em jogadores do que quando estavam numa divisão inferior, quase resignando-se ao destino da despromoção.

Nesse sentido pode-se afirmar que o impacto económico deste sistema depende da forma como a mudança de uma liga/divisão para a outra afeta as receitas e custos dos clubes. A promoção pode ser uma vantagem para as equipas mais fortes, pois, em teoria, representa um incentivo adicional para vencer e pode aumentar o interesse dos adeptos enquanto para os clubes mais fracos, a despromoção pode igualmente gerar envolvimento dos adeptos, uma vez que aumenta a importância dos jogos no final da época e porque se espera que, na temporada seguinte, os adversários sejam menos competitivos.

No entanto, os dados financeiros indicam que nem sempre a promoção é lucrativa. Noll (2002) afirma que os clubes operam em dois mercados distintos: o mercado local, através da venda de bilhetes e merchandising, e o mercado nacional e internacional, através de direitos de transmissão e licenciamento, sendo a receita de um clube dependente da sua qualidade, dos adversários que defronta e das características demográficas da cidade onde está inserido. Dessa maneira, equipas situadas em mercados mais populosos e ricos tendem a gerar mais receitas, independentemente do seu desempenho desportivo. Contudo, existem exemplos em que as receitas das equipas mais fortes de divisões inferiores eram superiores às das equipas mais fracas da liga principal. Em determinados anos, as equipas mais bem classificadas na segunda divisão registaram receitas comparáveis às das equipas do fundo da tabela da primeira divisão, sugerindo que algumas equipas competem em divisões inferiores aquelas que o seu mercado justificaria, enquanto outras são promovidas sem terem condições económicas para competir de forma sustentável na liga superior.

Desta forma, a promoção e despromoção criam um forte incentivo para a procura da subida de divisão, mas também podem levar a ciclos de instabilidade, onde clubes recém-promovidos não conseguem consolidar a sua posição na liga principal. Estes efeitos demonstram que, embora a mobilidade entre divisões possa ser benéfica para a incerteza competitiva e para o envolvimento dos adeptos, pode também perpetuar desigualdades financeiras, tornando difícil para algumas equipas competir de forma sustentável a longo prazo.

2.2- O Futebol como Fenómeno Social: Relevância Sociocultural e Métodos de Avaliação

2.2.1- Impacto do Desporto na Sociedade

Segundo Pereira (2007), o desporto contribui para a formação de crianças e jovens, sendo que a competição é uma componente indissociável dessa formação, pois “a perda de competição pelo desporto desvirtuaria a sua essência”, afirmando que na ótica de uma criança os conceitos competição e desporto confundem-se como a prática da atividade. Essa formação não se limita ao desenvolvimento das capacidades específicas do jogo (físicas, táticas etc.) mas também engloba a criação de hábitos desportivos saudáveis, a melhoria da saúde, a criação de valores como a cooperação, a solidariedade e responsabilidade, tudo isto essencial para formação de jovens (Pacheco & Silva, 2001).

O desporto é também reconhecido como uma poderosa ferramenta para o desenvolvimento e a paz, promovendo valores essenciais como tolerância, respeito, empoderamento e inclusão social. Desde a adoção da primeira resolução da Assembleia Geral da ONU sobre o desporto, em 1993, até aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o desporto contribui para a saúde, educação, coesão

social e redução de desigualdades (SDGF, 2018).

Além disso, ensina valores como trabalho coletivo, ética, dignidade no trabalho e espírito comunitário, proporcionando aos atletas e espetadores lições de perseverança e colaboração, que podem ser aplicadas na vida profissional e pessoal de cada um. A capacidade do desporto de unir pessoas de diferentes culturas e crenças torna-o uma ferramenta poderosa para promover a diversidade e a reconciliação, funcionando como uma linguagem universal que transcende fronteiras.

Exemplos de clubes desportivos e atletas que desempenham papéis importantes na disseminação desses valores estão presentes na nossa sociedade. Fundações como as do F.C. Barcelona e Valência C.F. utilizam o desporto para promover igualdade, inclusão e educação, enquanto iniciativas globais, como o “Jogo contra a pobreza” e o “Jogo pela solidariedade”, organizados pela UEFA e ONU, angariam fundos e sensibilizam para questões sociais. Atletas de renome, como Zinedine Zidane e Ronaldo, atuam como embaixadores, usando sua influência para promover os ODS e apoiar causas globais (SDGF, 2018).

Pode-se ainda argumentar a relevância que o desporto tem na inclusão de pessoas com deficiência, desafiando certas perceções e promovendo igualdade de oportunidades. Ao possibilitar a participação plena destas pessoas na sociedade, o desporto contribui para alcançar objetivos como a redução da pobreza, o acesso universal à educação e a igualdade de género, alinhando-se com os ODS. Dessa forma, o desporto é um importante facilitador do desenvolvimento sustentável, com potencial para catalisar mudanças significativas em várias dimensões da sociedade (SDGF, 2018). Desta forma permite desafiar certas perspetivas como a de Sobkowicz e colegas (2020), que afirmam que as desigualdades não são apenas aceites, mas também valorizadas e admiradas, particularmente no caso do desporto e das artes.

Para Spaaij (2009), existe uma crença generalizada que o desporto tem o papel e o poder de tornar a sociedade mais justa e mais coesa a nível social. Este potencial do desporto como uma ferramenta de desenvolvimento social está a ser aproveitado por um número cada vez maior de organizações locais, nacionais e internacionais, criando inúmeras parcerias público-privadas em constante evolução. Estas parcerias conjuntas de estados, ONGs internacionais, corporações transnacionais e organizações como as Nações Unidas, UNICEF ou a FIFA (por exemplo, o Grupo de Trabalho Internacional sobre Desporto para o Desenvolvimento e a Paz) podem promover o desporto como um potencial elemento de desenvolvimento. Contudo, existe o argumento que a principal limitação na produção e formulação deste tipo de políticas é “a ausência de uma compreensão dos processos e mecanismos que produzem impactos e resultados específicos”, ou seja, o que funciona, quais processos

produzem esses efeitos, para quais participantes, em quais circunstâncias e quais são suas limitações.

Spaaji (2009) também considera que a forma como o desporto é projetado precisa de ser mais consciente e cuidadosa para que os benefícios sociais possam ocorrer. Para isso, uma coordenação global e um quadro institucional acordado são essenciais para possibilitar a formação de políticas coerentes e a implementação de programas profissionais. Apesar disso, pode-se apontar uma grande limitação desta perspetiva, o facto de que os benefícios sociais que podem advir da participação desportiva não podem ser impostos artificialmente, seja por decreto político ou engenharia social. As equipas e competições desportivas locais, habitualmente geridas de forma autónoma, preocupam-se principalmente em jogar (desporto competitivo) e manter instalações desportivas, em vez de tentar alcançar objetivos de desenvolvimento social mais amplos; claro que também podem gerar certos benefícios sociais, mas esse não é, a priori, um incentivo inicial para competir. Da mesma maneira, a maioria das pessoas não se envolve no desporto para alcançar certos objetivos sociais, mas sim por prazer, saúde ou para passar tempo com amigos e familiares.

2.2.2- Impacto do Futebol na Sociedade

Apesar de o desporto em geral ter uma grande influência, o foco deste trabalho é o impacto do futebol e, por isso, o resto desta parte da literatura será exclusivamente sobre futebol.

Mousa (2020) refere que apesar de se teorizar “que relações intergrupais positivas podem reduzir o preconceito e facilitar a paz”, não existem grandes evidências que apoiem esse argumento, principalmente “no contexto de conflitos reais”, neste caso específico refere-se à desconfiança mútua e segregação social que marca o norte do Iraque entre cristãos e muçulmanos. No seu estudo, Mousa (2020) colocou refugiados cristãos iraquianos em equipas de futebol, estas compostas ou exclusivamente por jogadores cristãos ou por uma mistura de muçulmanos e cristãos. De facto, ao jogar na mesma equipa que jogadores muçulmanos, as atitudes e comportamentos dos jogadores cristãos, relativamente aos jogadores muçulmanos, tiveram um desenvolvimento positivo no contexto do futebol, mas não se generalizaram para outros contextos. Apesar disso houve melhorias, os cristãos com colegas muçulmanos tiveram uma maior probabilidade de votar num muçulmano (um que não estivesse na sua equipa) para receber prémios de desportivismo, em se inscrever numa equipa que tivesse membros muçulmanos numa época subsequente ou até treinar com muçulmanos após este estudo (Mousa, 2020).

Hoffmann e colegas (2002) referem que o futebol é um desporto relativamente pouco intensivo em capital, podendo ser praticado com um mínimo de equipamento e organização, ao contrário de outros desportos como a equitação, a vela ou o automobilismo. Desta maneira, o futebol oferece, em muitas

comunidades, oportunidades para crianças de meios desfavorecidos, uma vez que permite aos mais pobres um acesso quase igualitário a este desporto. Igualmente, o futebol pode ter um impacto adicional na economia de um país, especialmente entre os países em desenvolvimento, pois o desempenho de uma equipa desportiva nacional em competições internacionais é capaz de unir diversos grupos étnicos sob uma única bandeira nacional.

Esta maior solidariedade leva a uma maior facilidade na implementação de políticas. Hoffman e colegas (2002), referem o exemplo da Palestina, uma das regiões que procuram reconhecimento como nações, utilizando a adesão à FIFA como parte desse esforço. Esta representação em organizações desportivas internacionais não só facilita o acesso a fundos internacionais, como também incentiva atividades económicas globais.

Brown e colegas (2006) refere que o futebol tem uma obrigação moral de usar a sua influência para ajudar aqueles grupos que podem ser identificados como mais difíceis de envolver em outras circunstâncias, graças ao facto de possuir “um perfil público sem precedentes” e uma imensa popularidade, que atravessa classes, géneros, raças, etnias e idades, tendo assim uma capacidade quase única de “envolver” as pessoas, especialmente os jovens.

A relação entre os clubes e as comunidades locais é fundamental, trazendo benefícios mútuos significativos. Clubes socialmente responsáveis e bem percebidos pela comunidade estão mais protegidos de críticas e quedas de desempenho, sendo do seu interesse manter uma imagem positiva perante adeptos e residentes locais. Medidas como a disponibilização de transportes nos dias de jogos, a abertura de instalações a preços acessíveis para comunidades desfavorecidas e políticas de bilheteira inclusivas ajudam a fortalecer a ligação entre os clubes e as suas comunidades, ao mesmo tempo que reduzem impactos negativos como trânsito e exclusão social. Além disso, parcerias com fornecedores e a criação de oportunidades de emprego locais reforçam as economias regionais e a lealdade à instituição. Clubes individuais também estabelecem redes para resolver problemas locais, trabalhando com organizações específicas para serviços como transportes e catering. Para que essas iniciativas sejam eficazes, os clubes devem demonstrar responsabilidade social, compartilhar recursos e abordar diferenças culturais com os parceiros (Brown et al., 2006).

Compreende-se também que o envolvimento das comunidades locais pode ser reforçado através de consultas regulares, grupos de direção com representantes locais, dias de portas abertas nos estádios e um representante do clube dedicado a questões da comunidade. Tais medidas ajudam a criar um diálogo ativo e inclusivo, permitindo a resolução de problemas, o desenvolvimento comunitário e uma melhor relação com os adeptos, consolidando o clube como um agente positivo no ambiente comunitário.

Contudo, não se observa um sentido significativo de “comunidade” entre empresas localizadas perto de estádios de futebol. Algumas empresas fazem referências diretas aos clubes nos seus nomes, logótipos e outras associações, de modo a aproveitar a sua proximidade geográfica com os clubes e, consequentemente, alguma eventual popularidade, mas, na opinião de Brown e colegas (2006), poucas evidências que sugiram que existe algum benefício para as empresas por estarem localizadas perto de estádios de futebol, pois não existe muita pesquisa detalhada sobre o impacto económico dos clubes de futebol nas empresas locais.

Nesse aspeto, a pesquisa de Ahlfeldt e Maennig (2010) tenta colmatar essa lacuna, estudando os impactos económicos e sociais de estádios desportivos nas áreas circundantes e os seus resultados sugerem que, embora os benefícios económicos em larga escala a nível municipal, como aumentos significativos no emprego ou rendimento, sejam frequentemente limitados, há efeitos localizados notáveis, particularmente nos bairros próximos. Estes incluem o aumento do valor dos terrenos e potenciais melhorias no desenvolvimento urbano devido à qualidade arquitetónica e ao design icónico dos estádios, que podem atuar como catalisadores para a reabilitação da área e revitalização dos bairros. Destacam ainda o papel da arquitetura inovadora dos estádios na amplificação dos efeitos de despesa e na melhoria da imagem local, beneficiando empresas próximas. Por exemplo, a atratividade de um estádio pode atrair tráfego pedonal e aumentar a procura por serviços locais, como restaurantes, lojas e negócios na área da hospitalidade, sugerindo que as empresas localizadas nas proximidades de estádios podem obter benefícios indiretos da presença do estádio, obtendo assim uma maior visibilidade e um maior fluxo de clientes.

Brown e colegas (2006) destacam que, apesar dos esforços já realizados pelos clubes na colaboração com pequenas empresas locais, existe potencial para explorar novas oportunidades de incentivo a atividades comerciais recíprocas. Isso pode incluir esquemas de compra preferenciais e o uso do poder da marca do futebol para desenvolver redes empresariais, fóruns e programas de formação locais. Mesmo clubes com poucos recursos podem promover estágios e projetos de voluntariado em parceria com instituições como escolas e universidades, fortalecendo laços educacionais e comunitários. Contudo, para que sejam eficazes, é necessário capacitar os funcionários dos clubes com formação específica sobre parcerias comunitárias e responsabilidade social. A força dos clubes reside na conexão emocional e de pertencimento criada entre os adeptos, que os identifica mais como parte de uma comunidade do que como meros consumidores de um produto. Essa característica torna os clubes parceiros valiosos em iniciativas de inclusão, especialmente no engajamento de grupos marginalizados, onde o futebol pode superar barreiras frequentemente enfrentadas por instituições tradicionais como

escolas ou autoridades locais.

Apesar disso, Parnell e Richardson (2015) reconhecem que existe uma falta de evidências empíricas robustas que demonstrem os resultados sustentáveis destas iniciativas, sugerindo a necessidade de maior rigor metodológico e uma monitorização contínua destas atividades.

Por fim, Brown e colegas (2006) argumentam que o futebol possui uma credibilidade única ao abordar populações difíceis de alcançar. A associação com o emblema de um clube profissional confere um sentido de prestígio e confiança, facilitando interações que outras organizações raramente conseguem estabelecer. Essa vantagem pode abrir portas para intervenções sociais significativas, incluindo ações contra o racismo, promoção da saúde, prevenção de drogas e programas educativos voltados a grupos como mulheres, pessoas com deficiência e minorias étnicas, demonstrando o enorme potencial do futebol como ferramenta de transformação social.

O impacto que o futebol tem nas comunidades varia consoante o contexto circundante. Apesar de muitas circunstâncias se aplicarem tanto a um contexto citadino como a um contexto rural, existem sempre algumas diferenças. Como a conjuntura do Campeonato Popular de Futebol de Barcelos aborda ambos os contextos anteriormente referidos, seria do interesse deste trabalho alguma literatura referente à parte rural, pois a maior parte do Campeonato popular ocorre num contexto mais rural. De forma geral, as freguesias de Barcelos com envolvente citadina não têm equipas a participar neste campeonato. Nesse sentido existe exemplos como o Sogndal Fotball.

Fløysand e Jakobsen (2007) afirmam que graças aos recentes processos de globalização, a inovações tecnológicas e a reestruturações das áreas rurais, ocorreram grandes mudanças nas relações económicas, políticas e culturais, causando efeitos importantes na maioria das atividades nas comunidades rurais. O exemplo de Sogndal é perfeito nesse sentido, uma localidade periférica da Noruega com cerca de 6700 habitantes, na qual os autores atribuem o papel de catalisador de desenvolvimento ao Sogndal Fotball (o clube de futebol local). A primeira indicação deste facto é, segundo os autores, evidente ao entrar em Sogndal, pois nas principais entradas da comunidade, os visitantes são recebidos por placas projetadas localmente colocadas na frente das placas padrão de cor azul usadas para identificar municípios na Noruega. As placas de boas-vindas contêm o logotipo do clube de futebol no topo, com um subtítulo cercado pelo logotipo do município incentivando os visitantes a "se juntar à equipa".

Nomeadamente, o clube foi o principal responsável pela construção de um novo estádio para desportos de pista, um estádio para futebol e instalações multiuso que combinam para satisfazer os requisitos de instalações educacionais como a Universidade Sognog Fjordane e um ginásio para os

estudantes da faculdade e da Escola Secundária de Sogndal. Sendo uma plataforma para o desenvolvimento das instalações e na promoção de processos que fortaleceram os laços entre desporto, educação e desenvolvimento rural, o clube também aproveitou os seus recursos financeiros para profissionalizar, formar e expandir a sua administração, influenciando também as práticas das empresas circundantes e de empresas associadas ao clube (Fløysand & Jakobsen, 2007).

Este aumento do emprego reflete uma mudança de amador para profissional, com uma administração cada vez mais profissional do clube e o aumento das exigências administrativas à medida que o clube se foi envolvendo em novas atividades, afirmando que “o ator industrial mais dinâmico na área é o futebol... não o futebol em si, mas a comercialização ligada ao desporto, o futebol como nicho”. Embora Fløysand e Jakobsen (2007) afirmem que o clube se tornou mais voltado para os negócios, o seu principal objetivo é desenvolver uma equipa/organização que seja o orgulho da comunidade. A atividade do clube não é direcionada pela busca de rendas de aluguer de espaços ou por uma taxa de retorno para os seus membros ou acionistas, mas sim pelo sucesso do clube e pela autoestima positiva da comunidade, tendo o clube liderado o desenvolvimento de instalações desportivas e estabelecendo-as como corporações, levando à criação de mais empregos, mais receita e mais atenção para a região e para os seus cidadãos, tornando o clube num catalisador para o progresso comunitário e o desenvolvimento regional.

Wicker e Breuer (2015), também tem uma perspetiva interessante, considerando os clubes desportivos comunitários locais como “importantes fornecedores de atividades de lazer, desporto e programas sociais, e, graças à sua forma jurídica, como organizações sem fins lucrativos”. Nesse sentido afirmam que para muitas organizações sem fins lucrativos que operam a um nível local, a situação económica e financeira é de extrema importância. Em particular, a situação do próprio mercado de trabalho e a consequente distribuição de rendimentos da população dessa comunidade podem ser determinantes para organizações sem fins lucrativos baseadas em membros. Estes autores argumentam que comunidades que apresentam taxas de desemprego elevadas e rendimentos baixos, podem prevenir a adesão de residentes que não têm recursos financeiros para se tornarem membros. Mais ainda, acrescentam que “quando a comunidade enfrenta dificuldades financeiras, o seu apoio às organizações locais sem fins lucrativos, em termos de financiamento ou disponibilização de infraestruturas, pode ser limitado.”

Em relação a resultados desportivos, os clubes podem tirar vantagens de estarem inseridos em comunidades maiores, simplesmente porque existe um maior número de potenciais intervenientes. No entanto, também se pode argumentar que existe mais concorrência por recursos em comunidades

maiores, pois há também mais clubes e outras organizações financiáveis, havendo assim várias opções para possíveis investimentos e, consequentemente, uma menor probabilidade de investimento numa só organização, levando a uma competição entre organizações por recursos escassos (Wicker & Breuer, 2015).

2.2.3- Avaliação do Impacto Social do Futebol

A avaliação do impacto social do futebol é feita por métodos como o SROI, devido à sua complexidade. O SROI ou Retorno Social sobre o Investimento, é uma metodologia utilizada para entender, medir e avaliar os impactos sociais de uma determinada atividade ou organização. O seu uso é cada vez mais frequente, principalmente por entidades e organizações ligadas ao terceiro setor, para medir e avaliar impactos sociais, de modo a justificar o investimento público, perceber onde é que certas atividades criam valor social e como se pode usar esta ferramenta estratégica para planear e maximizar o valor social futuro (Davies et al., 2019).

Como ferramenta de medição, o SROI tem a vantagem da versatilidade, de poder ser aplicado a uma ampla gama de organizações e contextos, incluindo políticas públicas. De facto, Davies e colegas (2019) referem que o SROI pode ser aplicado com diferentes níveis de rigor dependendo do tipo de decisão que ele está destinado a informar, ou seja, este método pode usar níveis de rigor semelhantes a uma análise custo-benefício ou empregar níveis mais baixos de rigor para informar sobre decisões operacionais dentro de uma organização, permitindo uma medição mais ampla do valor social (Davies et al., 2019).

De forma a adaptar este conceito ao futebol, recorro ao exemplo do modelo GROW SROI da UEFA. O modelo GROW SROI (ou Crescimento e Retorno Social do Investimento no futebol) é um modelo criado pela UEFA na tentativa de responder quão benéfico o futebol pode ser para um indivíduo, comunidade ou até país (UEFA, 2019). É uma análise de custo-benefício que permite aos governos e associações/federações nacionais perceber os benefícios sociais que o futebol traz e onde são aplicados (UEFA, 2020). O objetivo é de avaliar o impacto deste desporto, em qualquer país, em quatro áreas distintas: económica, social, saúde e alto desempenho. A esse impacto da participação em massa no futebol nessas áreas é, após análise, atribuído um valor monetário aos benefícios comprovados nas três primeiras áreas (UEFA, 2019).

Em Portugal, o futebol teve um retorno social de investimento de 1,67 mil milhões de euros, devendo ser considerado um setor essencial para a economia portuguesa. De acordo com o presidente da Federação Portuguesa de Futebol, Fernando Gomes, o futebol dá um contributo preciosos a várias

áreas distintas ajudando no seu progresso e sustentabilidade. Afirma também que várias posições associadas ao futebol tais como jogadores, treinadores, árbitros, clubes, voluntários, entre outros, são elementos que dinamizam as comunidades e a sociedade em geral pois este desporto é “um instrumento poderoso de desenvolvimento económico, coesão e responsabilidades sociais” (maisfutebol, 2021)

Mais ainda, o impacto social positivo da população portuguesa ativa que está ligada ao futebol corresponde ao valor representativo de 366,481 milhões de euros, sendo 299,06 milhões de euros para o voluntariado, 66,78 milhões de euros para educação e emprego, 200 mil euros na redução da taxa de criminalidade e 460 mil euros em projetos e programas. Também na saúde ocorre um impacto positivo, nomeadamente cerca 361,745 milhões de euros são poupados pelos serviços de saúde graças à participação em futebol no solo português. O modelo indica que, na prevenção de doenças, existe um benefício de 64,54 milhões de euros na diabetes e em problemas cardiovasculares, 14,98 milhões de euros no envelhecimento, 7 milhões de euros em doenças mentais e 726 mil euros no cancro (maisfutebol, 2021).

De facto, este modelo não é apenas útil para calcular o retorno social do investimento total de um determinado país, mas pode também ser usado para calcular esse retorno em regiões específicas. Tal como afirma a UEFA (2020), ao usar o modelo de retorno social sobre o investimento num clube específico, podemos medir os benefícios económicos, sociais e de saúde do futebol amador nas comunidades locais (através de gastos em lojas locais como por exemplo equipamentos, investimento em instalações de futebol como equipamentos de treino, campos e a contribuição social presente nos treinadores voluntários para a educação física) (UEFA, 2020)

Por todas estas razões, a UEFA considera que este modelo e a sua respetiva análise traz muitos benefícios. Desta maneira, o diálogo com as associações governamentais sobre os benefícios do desporto pode ser suportado com valores testados e concretos, sendo estas evidências científicas reconhecidas pelo mundo académico, pela Organização Mundial da Saúde e pelo Conselho Europeu. Estes benefícios mais amplos assim comprovados permitem que o futebol e os seus responsáveis dialoguem com diversos ministérios, como os da saúde, educação, justiça e desenvolvimento regional (UEFA, 2019). Mais ainda, permite que os parceiros comerciais do futebol destaquem os benefícios que este traz à sociedade e, consequentemente que estes próprios parceiros subscrevem, ao apoiar o futebol de formação ou amador (UEFA, 2019).

2.2.4 - Síntese e Fundamentação para o Problema

Existe um número significativo de índices, fórmulas e até mesmo variações adaptadas a diversos

contextos competitivos que podem medir o equilíbrio competitivo. De um modo geral a literatura empírica sobre equilíbrio competitivo é caracterizada em duas linhas distintas: a primeira é foca-se no que aconteceu com o equilíbrio competitivo ao longo do tempo ou como resultado de mudanças nas práticas comerciais do desporto profissional, já a segunda aborda o efeito do equilíbrio competitivo sobre os fãs e testa a incerteza da hipótese de resultado, esta sendo a hipótese de que uma pequena diferença de qualidade entre dois competidores num evento desportivo maximiza o bem-estar dos espetadores (Evans, 2014; Fort & Maxcy, 2003; Rottenberg, 1956; Zimbalist, 2002).

Como sugerem Pawlowski e Anders (2012), podemos obter uma medida subjetiva da incerteza de resultado e do equilíbrio competitivo percecionado pelos adeptos através de inquéritos e entrevistas, contudo o presente estudo opta por medidas matematicamente calculadas, pois assim evita o viés subjetivo que pode ocorrer em inquéritos ou entrevistas e permite que o estudo seja replicado em outros contextos semelhantes.

Este equilíbrio é afetado por fatores como medidas regulatórias e conjuntura externa, como por exemplo a Lei Bosman. Esta Lei, estabelecida pelo Tribunal de Justiça da União Europeia em 1995, aboliu taxas de transferência para jogadores fora de contrato e proibiu limites na contratação de jogadores da União Europeia, garantindo-lhes liberdade de movimento entre clubes dentro da UE, em conformidade com o Tratado de Roma. Para além disso, influenciou fatores como os salários dos atletas e a duração média dos contratos praticados até então (Douvis & Billonis, 2005; Szymanski & Kuypers, 1999).

A Lei Bosman levou, contudo, a uma concentração de talento nos clubes mais ricos, aumentando a diferença entre os clubes de topo e os clubes menores, levando assim a uma diminuição do equilíbrio competitivo, não só nos campeonatos domésticos, mas também nas competições europeias (Kuper & Szymanski, 2014; Macedo, 2023).

Também é importante perceber como muitas organizações tentam promover o equilíbrio competitivo através de medidas regulatórias. Por exemplo, a UEFA introduziu o seu principal processo regulatório, o FFP, de modo a garantir a sustentabilidade financeira dos clubes a longo prazo e a aumentar o equilíbrio competitivo. Neste os clubes podem gastar até mais 5 milhões de euros do que ganham por período de avaliação, limitando os gastos em salários e transferências, e levando consequentemente uma maior utilização de jogadores dos escalões de formação ou de talentos locais (Franck, 2013; Peeters & Szymanski, 2014; Ramchandani et al., 2023).

Outra medida importante neste contexto é a dos tetos salariais. Um teto salarial é um limite para o montante de dinheiro que é permitido a um clube gastar em salários dos atletas. Esta medida impede assim os clubes de investir de forma excessiva em jogadores, evitando situações de ruína financeira

consequentes de apostar em atletas com salários crescentes e insustentáveis. Para além disso, tetos salariais têm efeitos distintos no bem-estar social, dependendo da preferência dos adeptos em relação a talento agregado e ao equilíbrio competitivo, nomeadamente se a liga já for muito equilibrada, um teto salarial reduzirá o bem-estar social e vice-versa (Dietl et al., 2009).

Também é importante referir o papel que o desporto tem na sociedade, dando destaque especial ao futebol. O desporto, de um modo global, contribui para a formação de crianças e jovens, pode tornar a sociedade mais justa, mais coesa e é uma ferramenta de desenvolvimento. De facto, o desporto consegue unir pessoas de diferentes culturas e crenças, promovendo a diversidade e permitindo a inclusão de pessoas com deficiência, promovendo igualdade de oportunidades, contribuindo assim para alcançar objetivos como a redução da pobreza, o acesso universal à educação e a igualdade de género (Pereira, 2007; SDGF, 2018).

O futebol, além dos aspetos referidos anteriormente, apresenta algumas especificidades que podem não ser encontradas em outros desportos. A ligação comunitária é fundamental, trazendo benefícios mútuos significativos, como a disponibilização de transportes nos dias de jogos, preços acessíveis para comunidades desfavorecidas, políticas de bilheteira inclusivas ajudam a fortalecer a ligação entre os clubes e as suas comunidades, enquanto reduzem impactos negativos como trânsito e exclusão social (Brown et al., 2006).

A influência dos clubes nas comunidades não se limita à representação da cultura, mas também a diversos fatores como o aumento do valor dos terrenos e potenciais melhorias no desenvolvimento urbano, intervenções sociais, etc (Ahlfeldt & Maennig, 2010; Brown et al., 2006; Kuper & Szymanski, 2009).

O impacto que o futebol tem nas comunidades rurais pode ser predominante, como acontece no Campeonato Popular de Futebol de Barcelos. Nesse sentido, existem exemplos de como os clubes podem influenciar uma região, seja em emprego, inovações tecnológicas ou desenvolvimento de infraestruturas (Fløysand & Jakobsen, 2007). Wicker e Breuer (2015) consideram os clubes desportivos comunitários locais como “importantes fornecedores de atividades de lazer, desporto e programas sociais, e, graças à sua forma jurídica, como organizações sem fins lucrativos”

Existem, também nesse sentido, métricas que permitem perceber em valores concretos o retorno social do investimento no futebol. O modelo GROW SROI é uma análise de custo-benefício que permite aos governos e associações/federações nacionais perceber os benefícios sociais que o futebol traz e onde são aplicados, sendo que em Portugal, o futebol teve um retorno social de investimento de 1,67 mil milhões de euros (maisfutebol, 2021; UEFA, 2020).

A partir das informações anteriores, conseguimos estabelecer uma base para a compreensão do problema, hipóteses e metodologia que será explicada no próximo capítulo.

3- Metodologia

Nesta parte do trabalho irei explicar o processo pelo qual a investigação se guiou, sendo esta metodologia dividida em várias secções: problema e as hipóteses de investigação (3.1), o sistema de pontuação e regulamentos da competição (3.2), indicadores da investigação (3.3) e a recolha dos dados (3.4).

3.1- Problema e Hipóteses de Investigação

O Campeonato de Futebol Popular de Barcelos é uma competição com mais de três décadas de existência, marcada por diferentes fases, formatos e inclusão ou extinção de determinadas regras. Este estudo foca-se na extinção de uma regra específica e as suas consequências, sendo ela a restrição da inscrição de jogadores de fora da freguesia por parte de equipas participantes, que tinha como objetivo manter a competição local e equilibrada, privilegiando os jogadores locais e a ligação à comunidade local.

Até à temporada de 2010/2011, os clubes estavam limitados a inscrever na competição um total de 6 jogadores “estrangeiros” (atletas que não residem nem são naturais da freguesia). A partir dessa temporada, com o seu fim, as equipas passaram a ter a liberdade de recrutar talentos de outras freguesias de Barcelos, potencialmente alterando a dinâmica competitiva do campeonato, e até mesmo social. De certo modo, existe aqui um paralelo (em escala muito mais reduzida) com o caso Bosman, uma vez que os dois casos tratam de uma mudança de paradigma ao permitir uma circulação mais livre de atletas.

Os objetivos desta investigação são, primeiramente, calcular o equilíbrio competitivo do Campeonato de Futebol Popular de Barcelos, ao longo das épocas. Após isso, efetuar uma comparação dos valores de competitividade do campeonato nas diversas épocas, nomeadamente entre dois períodos distintos, um anterior à abolição da regra que limitava o uso de jogadores estrangeiros e um posterior a essa abolição, de modo a perceber se a abolição dessa regra influenciou (ou não) a competitividade. Em seguida, procura-se estabelecer ligações entre os resultados obtidos e as características demográficas e socioeconómicas das freguesias do concelho de Barcelos, bem como identificar possíveis impactos dessas características nas equipas.

Essa análise será feita através dos registos de pontuações de épocas entre 1999 e 2019. O ano inicial é limitado pela disponibilidade de dados e o ano final pela pandemia Covid-19, que levou ao

cancelamento da competição em 20/21 e gerou modificações na organização nas duas épocas seguintes. As épocas são divididas em dois períodos de estudo distintos: um período que vai da época 99/00 à época de 09/10, data da última época em que a regra que limitava o uso de jogadores estrangeiros ainda se encontrava em vigor e um período posterior à abolição de regra, que começa em 10/11 e se estende até ao fim da amostra recolhida. O Índice Normalizado de Herfindahl-Hirschman (nHHI) é usado como o principal indicador para estudar a concentração no campeonato e utilizado em trabalhos semelhantes como de Ávila-Cano e Triguero-Ruiz (2018), para além de outros indicadores como o Índice de Herfindahl de Equilíbrio Competitivo (HICB) desenvolvido por Michie e Oughton (2004) (os indicadores serão explicados em maior detalhe em secção posterior dedicada).

A análise também utiliza diversos indicadores de domínio (como número de títulos ganhos por cada equipa, número de títulos ganhos por cada equipa no período anterior à mudança, número de títulos ganhos por cada equipa no período posterior à mudança e número de períodos em que a mesma equipa conquistou o título consecutivamente) para averiguar se esta mudança levou a uma maior disparidade entre os intervenientes deste campeonato e como isto poderá influenciar o futuro desta competição e de outras semelhantes. Após isso, procura-se aferir quais são as condições socioeconómicas das comunidades locais e como estas influenciam a prestação das equipas no campeonato e, consequentemente, o equilíbrio da competição. Após isso e mediante os resultados, determina-se que potenciais impactos poderão ter a competitividade e abolição da regra em estudo nas comunidades locais e que ilações que podem aplicar-se a outras competições desportivas.

As hipóteses de investigação que serão abordadas neste projeto, de forma simplificada, são as seguintes:

- “Como tem evoluído o equilíbrio competitivo no Campeonato de futebol Popular de Barcelos?”
- “A livre circulação de jogadores impactou o equilíbrio da competição?”
- “Quais são as condições demográficas e socioeconómicas das comunidades locais e como estas influenciam a prestação das equipas?”

A secção seguinte elabora então em detalhe o sistema de pontuação e os regulamentos da competição usado pelo Campeonato Popular de Futebol de Barcelos.

3.2- Sistema de Pontuação e Regulamentos da Competição

O Campeonato Popular de Futebol de Barcelos é uma liga de futebol aberta com despromoção, sem play-offs (durante o período deste estudo), de duas voltas, em que os participantes disputam entre si os jogos, na condição de visitado e visitante, atribuindo 3 pontos por vitória, 1 ponto por empate e 0

pontos por derrota.

O vencedor do campeonato é determinado pelo melhor total de pontos. Em caso de empate pontual, são utilizados os seguintes critérios de desempate, por ordem: "a) Número de pontos alcançados pelos clubes nos jogos disputados entre si; b) Maior diferença entre o número de golos marcados e sofridos nos jogos disputados entre os clubes empatados; c) Maior diferença entre os golos marcados e sofridos, durante toda a competição; d) Maior número de vitórias na competição; e) Maior número de golos marcados na competição; f) Menor número de golos sofridos na competição; g) Jogo entre as equipas empatadas em campo neutro" (Associação de Futebol Popular de Barcelos, 2024) .

Os jogos têm a duração de 90 minutos, compostos por duas partes de 45 minutos cada, sendo que ocorre um intervalo de 15 minutos entre as duas partes e serão disputados em conformidade com as leis em vigor a nível do futebol profissional, são permitidas cinco substituições distribuídas por três períodos do jogo (não contabilizando o intervalo), não podendo os jogadores substituídos voltar a jogar no mesmo jogo (Associação de Futebol Popular de Barcelos, 2024).

Relativamente à utilização de jogadores, na iteração atual da competição não existe qualquer limitação de utilização de jogadores não residentes e/ou não naturais da freguesia (jogadores que iremos daqui em diante chamar de “estrangeiros”), contudo, tendo em conta o objetivo do estudo, é importante sublinhar que essa mudança só ocorreu a partir da temporada 2010/2011. Em todas as épocas que antecedem essa temporada, as equipas não podiam inscrever na competição mais que 6 jogadores estrangeiros. Convém ainda salientar que apesar de não haver limitações relativamente à freguesia, os jogadores devem ter naturalidade ou residência em Barcelos para participar, reforçando a ligação da competição à comunidade local.

3.3- Indicadores da Investigação

Tal como foi referido anteriormente, o principal indicador de concentração utilizado neste estudo é o nHHI, uma variação do Índice de Herfindahl-Hirschman (HHI). O HHI mede a concentração de mercado numa determinada indústria, usando a seguinte expressão:

$$HHI = \sum_{i=1}^n S_i^2$$

onde S_i é quota de mercado da empresa i e n é o número de empresas na indústria.

O mesmo pode ser aplicado na medição do equilíbrio competitivo das ligas desportivas, utilizando a mesma expressão, mas substituindo o termo “empresa” por “equipa” ou “organização” e “quota de mercado de uma empresa” por “percentagem de pontos obtidos na liga”. Contudo, existe um problema

inerente a esta medida. Este índice está correlacionado com o número de empresas numa indústria (ou de equipas num campeonato), ou seja, é sensível ao número de equipas de um campeonato, especialmente quando em comparações de campeonatos (ou épocas) com números diferentes de equipas (Evans, 2014), como é o caso do Campeonato de Futebol Popular de Barcelos.

De modo a corrigir essa sensibilidade ao número de equipas, um indicador robusto que permite a comparação entre ligas que apresentam diferentes números de equipas, Owen e colegas (2007) introduzem então uma medida normalizada para avaliar o equilíbrio competitivo, o nHHI, oferecendo um indicador ajustado que facilita a comparação entre contextos distintos, que, no entanto, exige conhecer os valores teóricos máximos e mínimos do índice para ser calculado.

O indicador proposto por estes autores varia entre zero e um, onde o valor zero representa uma situação de equilíbrio perfeito, em que todas as equipas possuem igual probabilidade de sucesso, enquanto o valor um reflete o cenário de maior desequilíbrio possível, no qual uma única equipa domina amplamente a competição, permitindo assim uma leitura muito mais simples dos resultados obtidos, sendo essa uma vantagem habitualmente atribuída a este indicador (Owen et al., 2007).

Contudo, o cálculo do nível máximo de HHI, o HHI_{max}, um dos componentes necessários para calcular o nHHI, e o valor que representa o maior desequilíbrio possível, é complexo, pois varia com o sistema de pontuação e a existência ou não de empates. Para um sistema de pontuação como o do Campeonato de futebol Popular de Barcelos (3,1,0) e do futebol atual, Ávila-Cano e Triguero-Ruiz (2018) definiram valores mínimos e máximos que incluem a possibilidade de empates. Esta abordagem torna-se particularmente relevante para estudos como o presente, permitindo assim uma análise mais rigorosa.

O nHHI é calculado da seguinte forma:

$$nHHI = \frac{HHI - HHI_{min}}{HHI_{max} - HHI_{min}}$$

Em que n é o número de equipas presentes no campeonato e HHI_{min} é o maior equilíbrio possível na competição, forçosamente $HHI_{min} = \frac{1}{n}$, pois o maior equilíbrio possível seria as equipas terem todas o mesmo número de pontos.

Como já referido, o cálculo do HHI máximo é, no entanto, mais complexo. O HHI_{max} representa a classificação mais desequilibrada possível em termos teóricos. Em competições onde não há empates, este cenário é simples de descrever: a equipa em 1º lugar vence todos os jogos, a equipa em 2º lugar vence todos os jogos exceto contra o 1º, a equipa em 3º lugar vence todos os jogos exceto contra o 1º e o 2º, e assim sucessivamente.

No entanto, em campeonatos de futebol, onde a distribuição de pontos inclui vitórias, empates

e derrotas, os cálculos tornam-se diferentes. Nesse sentido, esta investigação utiliza os valores de HHI_{max} já calculados por Ávila-Cano e Triguero-Ruiz (2018), (presentes na tabela do anexo 2), de modo a calcular o nHHI, já que o seu trabalho apresenta valores tendo em conta o número de equipas presentes no campeonato em determinada época.

Por exemplo, num campeonato com 20 equipas, o HHI_{max} é 0,075402, enquanto num campeonato com 18 equipas, o HHI_{max} é 0,083938. Nestes dois casos, a equipa em 1º lugar venceu todos os jogos, a equipa em 2º lugar venceu todos os jogos exceto contra o 1º, e a equipa em 3º lugar venceu todos os jogos exceto contra o 1º e o 2º, e assim sucessivamente até ao 7º lugar. As restantes equipas, classificadas entre o 8º lugar e o último, empataram todas as suas partidas, com exceção das derrotas contra as equipas dos 7 primeiros lugares. Este é o cenário que define o campeonato de futebol teoricamente mais desequilibrado possível, tanto para 18 como para 20 equipas.

De modo a dar outra robustez à investigação, também foram utilizados outros indicadores de concentração para perceber a diferença entre os dois períodos. O HICB, uma variação do HHI criada por Michie e Oughton (2004), é dada pela seguinte expressão:

$$HICB = \left(\frac{\sum_{i=1}^n S_i^2}{\frac{1}{N}} \right) \times 100$$

S_i representa a percentagem de pontos da equipa i e n representa o número de equipas do campeonato.

Esta medida permite uma interpretação fácil dos resultados, pois uma liga perfeitamente equilibrada obtém um valor de 100, aumentando o valor deste indicador com o aumento do desequilíbrio competitivo (Michie & Oughton, 2004). Contudo, é relevante realçar que este indicador é sensível ao número de equipas presentes no campeonato, não tendo assim tanta robustez na comparação de épocas/campeonatos com números diferentes de equipas como indicadores como o nHHI.

Relativamente aos indicadores de domínio, este estudo utiliza estatísticas descritivas, como número/percentagem de títulos da liga por equipa e o número de vezes em que uma equipa conquistou títulos consecutivos. Rottenberg (1956), num dos primeiros artigos na literatura sobre economia do desporto, afirma que o número de vezes que cada equipa venceu o título da sua liga permite perceber quão dominadora é uma equipa (ou várias) no seu campeonato. Michie e Oughton (2004), no seu estudo em que analisaram a Premier League inglesa de futebol, destacam que podemos perceber um certo domínio de um clube relativamente aos restantes, que nos 12 anos desde a criação da liga, um único clube (Manchester United) ter conquistado o título em 8 dessas temporadas, enquanto apenas dois clubes (Arsenal e Manchester United) venceram o campeonato em 11 das 12 épocas.

3.4- Recolha de Dados

Apesar da longevidade do Campeonato Popular de Futebol de Barcelos, os registos das tabelas classificativas mais antigas são de difícil acesso, o que limita cálculo dos indicadores de equilíbrio competitivo. Contudo, após alguma pesquisa, contactos preliminares com membros da organização e consulta de exemplares do jornal “Barcelos Popular”, jornal que acompanha a prova desde a sua infância, foi possível efetuar uma recolha manual e a consequente passagem para um software estatístico (Excel) das classificações finais do campeonato das épocas entre os anos de 1999 e 2019. De forma a completar os dados, utilizou-se o blog desportivo online “Domingo às Dez”³ e o arquivo da AFPB, disponibilizado pelo excelentíssimo presidente da associação, Fernando Sineiro. Os registos completos das pontuações de todas as épocas presentes neste estudo encontram-se no anexo um para qualquer análise mais detalhada.

Relativamente aos dados demográficos e socioeconómicos, procedeu-se a um levantamento dos dados relevantes da plataforma do Instituto Nacional de Estatística (INE), mais concretamente dos Censos Nacionais de 2011 e 2021, sendo consideradas as seguintes variáveis: população residente, número de homens residentes entre os 15 e os 44 anos, taxa de atividade por local de residência, taxa de desemprego por local de residência e taxa de variação populacional entre 2011 e 2021.

4- Resultados e Discussão

Neste capítulo serão apresentados os respetivos resultados da investigação, apresentando os respetivos valores e análise dos indicadores previamente referidos (4.1), os dados e a análise dos aspetos socioeconómicos das diversas freguesias/uniões de freguesia (4.2) e as implicações do tema enquadrado no contexto da Economia Social (4.3).

4.1- Resultados da Investigação

As seguintes tabelas 1 e 2 apresentam os valores do NHHI calculados para as épocas presentes neste estudo, sendo a primeira referente ao período que antecede a eliminação da regra que limitava a inscrição de jogadores estrangeiros e a segunda referente ao período após essa eliminação, refletindo o grau de equilíbrio competitivo em cada temporada e permitindo aferir o impacto dessa regra.

³ <https://domingoasdez.com/competicoes/1a-divisao-afpb>

Tabela 1*Valores do nHHI para as épocas anteriores à abolição da regra*

Época	Valor do nHHI
99/00	0,472
00/01	0,330
01/02	0,077
02/03	0,263
03/04	0,214
04/05	0,242
05/06	0,311
06/07	0,253
07/08	0,273
09/10	0,312
Média	0,275

Tabela 2*Valores do nHHI para as épocas posteriores à abolição da regra*

Época	Valor do nHHI
10/11	0,288
11/12	0,313
12/13	0,182
13/14	0,194
14/15	0,164
16/17	0,109
17/18	0,266
18/19	0,268
Média	0,223

Na tabela 1, que representa o período em que a regra que limitava o número de jogadores estrangeiros se aplicava, observa-se, na maior parte dos casos, os valores mais altos do nHHI das épocas presentes neste estudo, indicando assim um menor equilíbrio competitivo. Pode observar-se também uma maior variação nos valores do nHHI, com alguns períodos de equilíbrio mais elevado (valores mais

baixos, como em 01/02 com 0,077) e outros de menor equilíbrio (valores mais altos, como em 99/00 com 0.472), indicando assim flutuações mais pronunciadas no equilíbrio competitivo e, curiosamente, os valores máximos e mínimos registados neste estudo (as épocas 99/00 e 00/01 são as mais desequilibradas de toda a amostra).

Já a tabela 2, que representa o período após a abolição da regra que limitava o número de jogadores estrangeiros, apresenta um maior equilíbrio competitivo na sua globalidade. A tendência dos valores do nHHI é mais consistente, com menores variações entre as épocas, sugerindo que o equilíbrio competitivo foi mais estável durante este período, pois ocorreu uma estabilização das condições competitivas entre as equipas. De facto, a eficácia desta mudança foi mais sentida após um período de transição (as épocas de 10/11 e 11/12), entrando assim num período de quatro épocas (de 12/13 a 16/17) em que, de forma consistente, apresentou valores de nHHI mais próximos de zero, indicando assim um maior equilíbrio competitivo. Após isso, parece haver uma maior concentração de sucesso, nomeadamente nas épocas de 17/18 e 18/19, que apresentam valores de nHHI superiores à média do período, o que pode implicar que o impacto da extinção da regra pode não ser uniforme em todas as épocas.

O nHHI médio de cada período também ilustra o impacto da abolição da regra na competitividade. O nHHI médio do período antes da abolição situa-se nos 0,275, descendo para 0,223 no período após a mudança. Isto indica que existia maior concentração de pontos entre poucas equipas antes da abolição, ou seja, um pequeno grupo de clubes dominava regularmente a competição, enquanto no período posterior mais equipas tiveram possibilidades reais de competir pelo título ou por posições de destaque, tornando em teoria o campeonato mais imprevisível e equilibrado.

De modo a comparar com as conclusões tiradas do nHHI, foram calculados os valores do HICB para ambos os períodos de estudo, presentes nas tabelas 3 e 4.

Tabela 3

Valores do HICB para as épocas anteriores à abolição da regra

Época	Valor de HICB
99/00	124,401
00/01	117,511
01/02	104,100
02/03	113,972
03/04	111,503
04/05	112,831

05/06	116,276
06/07	113,232
07/08	114,340
09/10	116,301
Média	114,447

Tabela 4

Valores do HICB para as épocas posteriores à abolição da regra

Época	Valor de HICB
10/11	115,075
11/12	116,155
12/13	109,385
13/14	110,046
14/15	108,459
16/17	105,571
17/18	113,586
18/19	113,675
Média	111,494

Os valores do HICB confirmam muitas conclusões retiradas dos valores do nHHI. Da mesma maneira, o período anterior à mudança da regra apresenta um menor equilíbrio competitivo, possuindo o valor mais alto de desequilíbrio competitivo de toda a amostra presente, 124,401 na época de 99/00, e um valor médio do HICB superior ao período que o sucede, respetivamente 114,447 contra 111,494. Os mesmos períodos de flutuações de resultados também são encontrados neste indicador, havendo flutuações mais acentuadas no período anterior, especialmente no início. Após a mudança da regra, os valores apresentam menor variação, ficando mais próximos da média, especialmente no período entre as épocas de 12/13 a 16/17. Esta estabilização dos valores ocorre após o mesmo período de transição que se verifica nos valores do nHHI, indicando que a competição se tornou mais equilibrada de forma consistente após esses anos.

Também é de referir que as épocas 17/18 e 18/19, apresentam valores de HICB (113,586 e 113,675) superiores à média do período, sugerindo um possível aumento da concentração de sucesso nessas épocas e que o impacto da extinção da regra pode não ser uniforme em todas as épocas, tal

como o que aconteceu com o nHHI. Da mesma maneira e apesar do período anterior ser o mais desequilibrado na globalidade, conta com a época mais equilibrada da amostra, com o valor de HICB de 104,100.

Relativamente aos indicadores de domínio, as tabelas 5 a 8 contêm, respetivamente, o número de títulos ganhos por cada campeão das 18 épocas presentes na amostra, tanto na sua globalidade como nos períodos anteriores e posteriores à mudança da regra, e os períodos em que ocorreram vencedores consecutivos do campeonato.

Tabela 5

Número de títulos conquistados por equipa do Campeonato

Clube	Número de Títulos	Percentagem de Títulos Conquistados
Carapeços	5	27,8%
Carvalhal	3	16,7%
Águas Santas	2	11,1%
Carreira	2	11,1%
Leocadenses	2	11,1%
Perelhal	1	5,6%
Silva	1	5,6%
Pereira	1	5,6%
Campo	1	5,6%

Tabela 6

Número de títulos conquistados por equipa no período anterior à abolição da regra

Clube	Número de Títulos no período anterior à abolição da regra	Percentagem de Títulos Conquistados
Águas Santas	2	20%
Carvalhal	2	20%
Carreira	2	20%
Carapeços	1	10%
Campo	1	10%
Perelhal	1	10%

Leocadenses	1	10%
-------------	---	-----

Tabela 7

Número de títulos conquistados por equipa no período posterior à abolição da regra

Clube	Número de Títulos no período posterior à abolição da regra	Percentagem de Títulos Conquistados
Carapeços	4	50%
Leocadenses	1	12,5%
Silva	1	12,5%
Pereira	1	12,5%
Carvalhal	1	12,5%

Tabela 8

Clubes que conquistaram títulos consecutivos e respetivos períodos

Clube	Período de títulos consecutivos	Número de títulos consecutivos
Águas Santas	99/00- 00/01	2
Carreira	05/06- 06/07	2

Como se pode observar nas tabelas 5 a 8, o Campeonato Popular de Futebol de Barcelos tem um repertório de diversos vencedores ao longo dos anos. De facto, nos 18 anos presentes no estudo podemos encontrar nove vencedores distintos. Contudo, e apesar de não haver um caso de domínio absoluto, podemos considerar que clubes como o Carapeços (com 5 títulos conquistados) se destacam dos restantes nesse aspeto, isto relativamente à competição na sua globalidade. Ao dividir os títulos entre os dois períodos, antes e depois da mudança da regra, percebe-se que, no período posterior à alteração, há um domínio mais acentuado de uma única equipa em comparação com o período anterior. De facto, a equipa Carapeços ganhou 50% dos títulos do campeonato das épocas referentes ao período posterior à alteração, um valor muito superior ao registado no período anterior à regra, em que 3 equipas (Águas Santas, Carvalhal, Carreira) se encontram empatadas no número de mais títulos ganhos, tendo cada uma ganho cerca de 20% dos títulos.

Na tabela 8 observa-se que títulos consecutivos apenas ocorreram duas vezes, uma entre as

épocas de 99/00 e 00/01 e outra entre as épocas de 05/06 e 06/07, ou seja, durante o período em que existia limitação aos jogadores estrangeiros. De notar também que ambas as equipas (Águas Santas e Carreira) conquistaram a totalidade dos seus títulos durante esses períodos de títulos consecutivos, não replicando esse sucesso mais nenhuma vez. Esta raridade de título consecutivos parece reforçar a narrativa anterior de que o Campeonato Popular de Futebol de Barcelos foi ficando mais equilibrado ao longo do tempo ou que existe alguma inconsistência na prestação dos clubes mais bem-sucedidos.

No entanto, e como já foi referido na revisão de literatura, o equilíbrio competitivo pode ter vários determinantes, não sendo influenciado apenas por regras como a da limitação da inscrição de jogadores estrangeiros. Nesse sentido, de modo a dar alguma robustez a esta análise, a secção seguinte irá focar-se no contexto demográfico e socioeconómico da região, nomeadamente as freguesias ou uniões de freguesias que contêm equipas no campeonato nas épocas estudadas, analisando variáveis como população residente, população masculina residente entre os 15 e os 44 anos (segmento onde são encontrados os potenciais jogadores), taxa de atividade e taxa de desemprego (proxies do poder de compra ou do poderio financeiro). Será analisada a evolução entre 2011 (primeira época da mudança da regra) e 2021.

4.2- O Contexto Demográfico e Socioeconómico das Freguesias de Barcelos

Esta secção propõe uma extensão da análise empírica através da incorporação de variáveis demográficas e socioeconómicas das freguesias de origem dos clubes participantes no campeonato, de modo a analisar as disparidades estruturais entre clubes, por exemplo, no que toca aos recursos disponíveis. A hipótese subjacente é que, a priori, freguesias com maior dinamismo económico oferecem condições mais favoráveis ao desenvolvimento desportivo dos clubes locais e que variáveis demográficas, como a dimensão da população, principalmente masculina entre os 15 e os 44 anos, podem refletir o potencial talento que as freguesias teriam à sua disposição no período anterior à mudança da regra. Ao incluir estes indicadores, procura-se obter uma visão mais abrangente sobre os determinantes do equilíbrio competitivo, especialmente no contexto das transformações introduzidas pela “Lei Bosman do futebol amador”.

A tabela 9 mostra todas as freguesias/uniões de freguesias presentes no campeonato nas épocas estudadas anteriormente:

Tabela 9*Freguesias presentes no Campeonato e respetivas equipas*

Freguesia	Equipa
Aborim	UCR Aborim
Alheira e Igreja nova	Alheira FC
Chorente, Góios, Courel, Pedra Furada e Gual	GD Pedra Furada
Vila Cova e Feitos	GD Feitos
Silveiros e Rio Covo	GD Águas Santas, ADCR Silveiros
Campo e Tamel	GDR Campo
Carreira e Fonte Coberta	ADRC Fonte Coberta, AD Carreira
Balugães	A Baluganense CD
Creixomil e Mariz	GD Creixomil
Sequeade e Bastuço	ARC Sequeade
Cambeses	ACDR Cambeses
Carapeços	ACD Carapeços
Carvalhal	AD Carvalhal
Carvalhas	Carvalhas FC
Cossourado	ARC Cossourado
Cristelo	GDC Cristelo
Airó	Leões da Serra FC
Fragoso	GD Fragoso
Tamel (Santa Leocádia) e Vilar do Monte	GDR Leocadenses
Durrães e Tregosa	FC Lirio do Neiva
Lijó	Lijó FC
Macieira de Rates	GD Macieira
Milhazes, Vilar de Figo e Faria	AD Milhazes
Negreiros e Chavão	FC de Negreiros
Barcelos, Vila Boa e Vila Frescainha	ADCR Vila Boa, ADRJ S.Martinho
Oliveira	FC Oliveira
Palme	Palme FC
Arcozelo	GDC Cristina
Paradela	GDRM Paradela

Pereira	ACD Pereira
Perelhal	JRC Perelhal
Remelhe	ADC Remelhe
Silva	ND da Silva
Várzea	ARC Várzea

A análise foca-se em dois potenciais determinantes do equilíbrio competitivo, sendo estes a população das comunidades onde os clubes estão inseridos e onde, até à mudança da regra, obtinham os jogadores com que disputavam o campeonato e os recursos financeiros das comunidades onde os clubes estão inseridos. A literatura mostra alguns exemplos sobre como essas variáveis influenciam os clubes. Em relação à população, Balish e colegas (2015) afirmam que residentes de comunidades com populações maiores tinham maior probabilidade de participar em desportos coletivos do que aqueles em comunidades menores sugerindo que comunidades ligeiramente maiores oferecem melhores oportunidades para o desenvolvimento de equipas desportivas. Para Wicker e Breuer (2015), a dimensão da comunidade está associada aos recursos dos clubes desportivos, nomeadamente aos recursos humanos e financeiros. Em relação a resultados desportivos, os clubes podem tirar vantagens de estarem inseridos em comunidades maiores, simplesmente porque existe um maior número de potenciais intervenientes.

Em relação aos recursos financeiros, (Franck, 2010) afirma que a posição competitiva de um clube não é determinada pela sua rentabilidade, mas sim pelo seu poder de investimento. Um clube que consiga aceder a fontes de financiamento que os seus concorrentes não conseguem, aumentará a sua posição competitiva nessa corrida, *ceteris paribus*. Transpondo isso para o contexto desta investigação, freguesias com mais empresas, taxa de emprego mais elevada ou casas mais valiosas podem simbolizar freguesias mais ricas o que pode significar mais recursos para os clubes e, consequentemente, uma vantagem perante outros competidores com menos recursos. Para isso foram recolhidos dados de todas as freguesias/uniões de freguesias, através dos Censos Nacionais realizados em 2011 e 2021, agrupando-se em cinco variáveis distintas: população residente, número de homens residentes entre os 15 e os 44 anos, taxa de atividade, taxa de desemprego e taxa da variação populacional entre os dois períodos. Usando os dados de 2011 (tabela 10), pode-se aferir como seriam as condições para os clubes durante o período pré-abolição da regra (que terminou em 2010) e, usando os dados de 2021 (tabela 11), pode-se aferir como evoluíram essas variáveis ao longo do tempo e que condições tem os clubes na atualidade para competir.

Tabela 10*Variáveis demográficas e socioeconómicas de cada freguesia em 2011*

Freguesias	População residente em 2011	Homens dos 15 aos 44 anos em 2011	Taxa de atividade em 2011 (%)	Taxa de desemprego em 2011 (%)
Aborim	891	184	48,15	12,59
Alheira e Igreja Nova	1456	273	43,41	8,86
Chorente, Góios, Courel, Pedra Furada e Gual	2568	432	46,81	7,82
Vila Cova e Feitos	2564	516	48,36	9,03
Silveiros e Rio Covo	2151	460	49,79	9,99
Campo e Tamel	1521	328	50,03	14,85
Carreira e Fonte Coberta	2033	439	52,19	12,06
Balugães	841	168	48,51	10,05
Creixomil e Mariz	1208	250	50,25	9,88
Sequeade e Bastuço	1916	424	49,48	12,66
Cambeses	1300	287	46,85	12,15
Carapeços	2277	488	49,85	10,84
Carvalhal	1391	283	46,8	7,83
Carvalhas	691	154	49,78	13,37
Cossourado	825	185	45,7	11,14
Cristelo	1875	410	48,37	6,5
Airó	913	206	49,73	9,03
Fragoso	2193	488	44,82	12

Tamel (Santa Leocádia) e Vilar do Monte	1420	339	52,18	8,23
Durrães e Tregosa	1409	271	46,42	10,24
Lijó	2306	500	49,78	11,32
Macieira de Rates	2083	506	48,44	10,11
Milhazes, Vilar de Figo e Faria	2066	419	48,84	8,92
Negreiros e Chavão	2364	491	45,05	9,67
Barcelos, Vila Boa e Vila Frescainha	11108	2298	48,8	13,43
Oliveira	1004	221	47,61	12,13
Palme	1073	243	48,09	10,85
Arcozelo	12840	2887	52,83	15,67
Paradela	850	192	47,65	9,63
Pereira	1318	304	53,79	11,42
Perelhal	1749	378	51	11,32
Remelhe	1309	285	53,4	10,3
Silva	913	188	50,38	8,26
Várzea	1904	429	52,57	13,59

Ao analisar as épocas anteriores à mudança, certos aspetos são notórios quase imediatamente. A vertente demográfica confirma a sua importância em cenários “pré-Bosman” pois, de facto, os quatro primeiros lugares de cada época são, na sua maioria, ocupados por equipas de freguesias com maiores populações e maiores números de homens residentes entre os 15 e os 44 anos. Contudo, é importante referir que não há um envolvimento geral nesta competição, ou seja, é uma competição com interesse predominantemente rural e por essa razão certas freguesias com ambiente citadino e um grande nível de concentração de população (por exemplo, Barcelos e Arcozelo), que em teoria teriam uma vantagem

enorme em relação aos seus competidores no sistema pré-mudança, não apresentam grandes resultados a nível de sucesso. Estas freguesias em ambiente mais citadino tendem a apresentar equipas que competem em campeonatos distritais ou nacionais (por exemplo, o Gil Vicente). Mais ainda, é importante referir que a organização das freguesias em uniões de freguesias foi só realizada em 2013, não sendo possível a certos clubes usar toda a população respetiva na tabela.

Em termos de taxa de atividade e taxa de desemprego, os dados indicam que os clubes com mais presenças nos quatro primeiros possuem, neste período pelo menos, uma taxa de atividade, em média, inferior aos clubes que orbitam as últimas posições da liga. Ao analisarmos as freguesias das equipas com mais presenças nos primeiros lugares da tabela (neste caso, Silveiros e Rio Covo; Campo e Tamel; Carreira e Fonte Coberta; Creixomil e Mariz; Carapeços; Carvalhal; Várzea e Tamel (Santa Leocádia) e Vilar do Monte) constatamos que a sua taxa média de atividade ronda os 50,46%, que curiosamente, é ligeiramente inferior à registada nas freguesias cujas equipas surgem mais frequentemente nos últimos lugares (que são neste caso Pereira; Oliveira; Barcelos, Vila Boa e Vila Frescainha; Lijó; Perelhal; Carreira e Fonte Coberta; Silveiros e Rio Covo e Várzea) cuja taxa de atividade média se situa nos 50,69%. Importa salientar que, para integrar qualquer um dos dois grupos analisados, foi adotado como critério a presença das respetivas freguesias em duas ou mais ocasiões nas posições consideradas.

Já para a taxa de desemprego a tendência mantém-se, com a média das freguesias do “grupo dos primeiros” a ser ligeiramente inferior à média das freguesias do “grupo dos últimos”, sendo estas respetivamente 10,91% e 11,91%. Isso reforça a ideia de que o fator financeiro está relativamente equilibrado entre ambos os grupos e que o fator populacional é mais importante de que o aspeto financeiro na explicação do equilíbrio competitivo.

Surgem também nesta análise dois casos curiosos, que são duas uniões de freguesia que contêm regularmente equipas diferentes tanto nos primeiros lugares como nos últimos, nomeadamente a união de freguesias de Silveiros e Rio Covo e a união de freguesias de Carreira e Fonte Coberta. O caso de Carreira e Fonte Coberta pode ser explicado com relativa facilidade, existe uma diferença de população muito grande entre estas freguesias (segundo os censos de 2011 Carreira tinha uma população residente de 1451 pessoas, comparando com as 582 de Fonte Coberta) e, conseqüentemente, um maior número de jogadores disponíveis para utilizar, o que tende a aumentar a qualidade do plantel. Já o caso de Silveiros e Rio Covo não se encontra uma explicação tão óbvia para o caso, a diferença populacional não é tão acentuada como no caso anterior (1181 e 970, respetivamente), nem o número de homens em Silveiros é inferior aos números de Rio Covo. Mais ainda, não foram encontrados dados que

diferenciassem estas freguesias em relação às variáveis de taxa de atividade e de taxa de desemprego, levando a ausência de conclusões sobre este caso específico.

A tabela 11 mostra os dados socioeconómicos para o ano 2021, incluindo também a taxa de variação da população residente de 2011 a 2021, de modo a aferir as atuais condições dos clubes e como estas evoluíram ao longo do período pós-mudança:

Tabela 11

Variáveis demográficas e socioeconómicas de cada freguesia em 2021

Freguesias	População residente em 2021	Homens dos 15 aos 44 anos em 2021	Taxa de atividade em 2021	Taxa de desemprego em 2021	Taxa de variação de população residente de 2011 a 2021 (%)
Aborim	827	132	48,37	7,25	-7,18
Alheira e Igreja nova	1347	220	42,98	6,74	-7,49
Chorente, Góios, Courel, Pedra Furada e Gual	2454	453	49,51	5,35	-4,44
Vila Cova e Feitos	2449	421	49,2	3,57	-4,49
Silveiros e Rio Covo	2098	393	49,81	4,98	-2,46
Campo e Tamel	1509	280	50,43	4,2	-0,79
Carreira e Fonte Coberta	2022	379	50,49	5,58	-0,54
Balugães	787	134	51,46	4,69	-6,42
Creixomil e Mariz	1112	212	51,08	2,99	-7,95
Sequeade e Bastuço	1808	351	50	5,31	-5,64
Cambeses	1236	218	47,9	6,93	-4,92
Carapeços	2168	408	52,17	5,22	-4,79
Carvalhal	1233	196	47,61	4,6	-11,36
Carvalhas	692	131	44,51	8,44	0,14
Cossourado	758	137	47,1	3,36	-8,12

Cristelo	1657	323	49,67	3,16	-11,63
Airó	883	179	51,42	4,63	-3,29
Fragoso	2069	369	46,88	4,74	-5,65
Tamel (Santa Leocádia) e Vilar do Monte	1269	252	54,61	3,46	-10,63
Durrães e Tregosa	1379	255	46,48	5,77	-2,13
Lijó	2425	474	51,42	5,53	5,16
Macieira de Rates	1907	379	50,81	4,23	-8,45
Milhazes, Vilar de Figo e Faria	1993	350	50,23	5,19	-3,53
Negreiros e Chavão	2203	403	48,39	4,22	-6,81
Barcelos, Vila Boa e Vila Frescainha	11344	2014	49,11	5,62	2,17
Oliveira	986	184	48,17	3,58	-1,79
Palme	1045	207	51,77	2,96	-2,61
Arcozelo	12824	2528	53,59	7,42	-0,12
Paradela	789	154	50,95	1,99	-7,18
Pereira	1241	224	53,99	2,84	-5,84
Perelhal	1700	307	47,94	3,07	-2,8
Remelhe	1451	243	51,25	4,57	-2,22
Silva	900	153	50	5,11	-1,42
Várzea	1933	379	51,14	6,27	1,58

O período pós-mudança de regra apresenta desde logo algumas diferenças. Em termos populacionais, observa-se claramente um declínio, ilustrado pela taxa de variação da população residente que é negativa na maior parte das freguesias. Contudo, relativamente à taxa de atividade e à taxa de desemprego, regista-se um resultado mais positivo, enquanto a taxa de atividade média aumentou ligeiramente, dos 48,99% registados em 2011 para os 49,72% em 2021, e a taxa de desemprego média

desceu drasticamente, de um valor médio de 10,76% em 2011 para um valor médio de 4,81% em 2021.

Relativamente aos primeiros quatro (cujas freguesias neste caso são: Creixomil e Mariz; Carapeços; Carvalhal; Airó; Tamel (Santa Leocádia) e Vilar do Monte; Macieira de Rates; Remelhe; Pereira e Silva) e últimos quatro (cujas freguesias neste caso são: Chorente, Góios, Courel, Pedra Furada e Gual; Silveiros e Rio Covo; Carreira e Fonte Coberta; Balugães; Cossourado; Lijó; Oliveira e Palme) este período apresenta-se de forma contrária ao anterior.

Começando pelo fator populacional, este parece ter perdido preponderância, constatando-se que várias equipas de freguesias com números de populações menores conseguiram alcançar os primeiros quatro lugares regularmente e várias equipas de freguesias com maiores números de populações acabaram regularmente nos últimos quatro, apesar de ainda existirem algumas equipas de freguesias maiores de forma habitual no top quatro e algumas equipas de freguesias “menores” de forma habitual nos últimos quatro, sendo utilizado o mesmo critério de anteriormente de duas ou mais presenças.

Em relação às taxas de atividade e desemprego, a sua importância parece ter aumentado. As freguesias com equipas a competir regularmente pelos lugares do topo da tabela apresentam uma taxa de atividade média de 51,44%, sendo esta superior à apresentada pelas freguesias com equipas que regularmente acabam nos últimos lugares, que ronda os 49,97%. Na taxa de desemprego média, os dados indicam que, apesar da diferença ser ligeira, a vantagem financeira continua do lado das freguesias com equipas nos primeiros quatro, com uma taxa média de 4,18% contrastando com a taxa média de 4,59% apresentada pelas freguesias com equipas nos últimos quatro. Isto vai de encontro da literatura relacionada com a Lei Bosman, nomeadamente que variáveis como a população e o número de jogadores disponíveis têm mais importância num sistema que limita a inscrição de jogadores estrangeiros e num período subsequente de adaptação, mas que ao longo do tempo essa importância vai-se perdendo para o aspeto financeiro, em que, sem qualquer limitação, os clubes com mais recursos passam a ir buscar os atletas mais talentosos do mercado, tendo assim maiores probabilidades de sucesso desportivo.

4.3- Implicações dos Resultados para a Economia Social

Um estudo de equilíbrio competitivo num campeonato de futebol pode trazer lições valiosas para um ramo como a Economia Social. Neste caso, podemos considerar o futebol amador como um fator de dinamização social e económica, visto que a presença de equipas da AFPB pode aumentar o movimento no comércio local (cafés, restaurantes, pequenos negócios), em dias de jogo. Refiro, por exemplo, as pesquisas de Ahlfeldt e Maennig (2010) e de Brown e colegas (2006), cujos casos de literatura abordam ideias que infraestruturas ligadas ao futebol podem trazer benefícios para as comunidades. Pode também

servir como uma plataforma de promoção de inclusão e bem-estar dos membros das comunidades, como a pesquisa de Mousa (2020) mostra, através do futebol, um meio que não precisa de muitos recursos para ser funcional (Hoffmann et al., 2002). O equilíbrio competitivo, enquanto conceito, adquire uma nova dimensão quando inserido no campo da Economia Social. Num campeonato amador, onde os clubes são, na sua maioria, geridos por associações locais, possuindo um envolvimento comunitário direto e uma base voluntária, a análise do equilíbrio competitivo assume contornos sociais e económicos relevantes. Como Wicker e Breuer (2015) afirmam, os clubes desportivos comunitários locais são importantes fornecedores de atividades de lazer, desporto e programas sociais, e podem ser considerados, graças à sua forma jurídica, organizações sem fins lucrativos.

Nesse sentido um estudo de equilíbrio competitivo na competição enquadra-se na temática pois um campeonato equilibrado pode gerar um impacto positivo na economia local, visto que há mais oportunidades para diferentes equipas (e comunidades) poderem alcançar o sucesso, incentivando assim um maior envolvimento social e uma maior participação no desporto (enquanto praticante ou espetador), o que pode promover uma maior inclusão social, visto que proporciona oportunidades para que pessoas de meios desfavorecidos se poderem integrar socialmente através do desporto e evita a concentração de talento em apenas algumas equipas, promovendo também uma maior distribuição dessas oportunidades.

Mais ainda, ao cruzar os dados do desempenho desportivo com os indicadores demográficos e socioeconómicos, verificam-se indícios que existe uma relação entre o contexto social e a performance competitiva, o que pode reforçar a ideia de que a competição atua como um instrumento de desenvolvimento comunitário, de integração e coesão social.

5- Conclusões

Este estudo analisou o impacto da eliminação da regra que limitava a inscrição de jogadores extra-freguesia no Campeonato Popular de Futebol de Barcelos, avaliando o seu efeito sobre o equilíbrio competitivo e a dinâmica entre as equipas participantes. Através da aplicação de indicadores de concentração (nHHI e HICB), de indicadores de domínio e da análise de dados demográficos e socioeconómicos provenientes dos Censos Nacionais de 2011 e 2021, foi possível aferir mudanças significativas na competição. A relevância deste estudo reside no facto de contribuir para a compreensão dos efeitos de alterações regulamentares em contextos desportivos amadores, de como o contexto comunitário pode influenciar as equipas numa competição e a equidade do desporto em geral.

Após a análise dos dados, é possível retirar várias ilações. Primeiramente, que o Campeonato Popular de Futebol de Barcelos ficou mais equilibrado competitivamente após a eliminação da regra que

limitava a inscrição de jogadores estrangeiros por equipa. De acordo com os cálculos realizados, tanto os valores do nHHI como os do HICB apresentaram, na sua globalidade, valores mais altos no período que precedeu a mudança da regra, indicando que a livre circulação de jogadores influenciou positivamente esse equilíbrio.

Já os indicadores de domínio pintam uma imagem mais confusa, de facto apesar de os únicos períodos em que uma equipa ganhou o título de forma consecutiva terem ocorrido antes da mudança da regra, os dados indicam que houve menos variedade nos vencedores. Uma única equipa ganhou 50% dos títulos do campeonato das épocas referentes ao período posterior à alteração, um valor muito superior ao registado no período anterior à regra, em que 3 equipas se encontram empatadas no número de mais títulos ganhos, tendo cada uma ganho cerca de 20% dos títulos. Tal pode indicar que a competição ficou mais equilibrada no seu “todo”, mas que ainda existem outras sub-competições a considerar. Por essa razão, podemos considerar que o equilíbrio competitivo desta competição não evolui de forma incremental, havendo flutuações entre os vários anos e períodos de maior e de menor concentração de sucesso.

Foi feito um levantamento de dados demográficos e socioeconómicos de dois Censos Nacionais para averiguar as condições das equipas e respetivas freguesias. Verificou-se que, à semelhança do que aconteceu nos anos 90 com a Lei Bosman no futebol europeu, com um sistema de regras que limita a inscrição de jogadores estrangeiros (que neste estudo são jogadores de outras freguesias), o fator populacional tem maior importância para o sucesso das equipas, dando vantagem a freguesias maiores, pois estas têm uma maior disponibilidade de jogadores por onde podem escolher e, consequentemente, uma maior probabilidade de ter jogadores de qualidade. Após a eliminação do limite de inscrição de jogadores estrangeiros, o fator populacional perde importância para o fator financeiro, em que as freguesias com maior poderio económico passam a recrutar os melhores jogadores, montando assim equipas com maior qualidade.

Com o estudo intensivo do tema que uma dissertação desta dimensão exige, surgem diversas sugestões de políticas que promovam uma maior equidade e sustentabilidade no desporto, tanto no âmbito organizacional quanto social. Primeiramente, em relação à organização das competições desportivas, uma política que poderia ser implementada seria a de redistribuição de fundos de forma mais equilibrada, ajustando os níveis de financiamento consoante as necessidades de cada comunidade e do momento específico, bom ou mau, de cada organização desportiva. Um exemplo seria um fundo de solidariedade financeira, estabelecido pelo município de modo a financiar a competição e cujos fundos seriam distribuídos pelos clubes, de forma a tentar combater a disparidade de recursos disponíveis.

A alteração de formato da competição também é uma sugestão válida. Por exemplo uma competição com formato de play-offs oferece às equipas designadas “inferiores” uma oportunidade mais justa e inclusiva de alcançar o sucesso, permitindo que várias comunidades tenham hipóteses de ganhar e contrariando assim o sistema tradicional, que favorece os clubes financeiramente mais fortes. Ao introduzir modelos de competição de maior imprevisibilidade e, juntamente, com o ajuste das disparidades de receitas entre clubes, a liga pode tornar-se mais equilibrada, garantindo uma competição mais justa e atrativa para os adeptos, como argumentam Kim e Lee (2025).

Este estudo, como qualquer outro, não está isento de limitações. Uma delas é que a natureza amadora do campeonato analisado dificulta o acesso a registos desportivos completos e homogéneos, como foi o caso, por exemplo, de dados de classificações de todas as épocas, dados específicos dos plantéis das equipas ou indicadores de performance dos jogadores. Por outro lado, a disponibilidade de dados demográficos e socioeconómicos também é limitada ao nível de freguesias. Adicionalmente, os fatores desportivos externos à mudança de regra, como variações no número de equipas ou modificações no formato da competição, não foram controlados havendo alguns ao longo do período de estudo, o que pode causar enviesamentos nos resultados. Ainda assim, é certo que o nHHI é robusto a flutuações no número de equipas.

Mais ainda, a deteção de alterações nos padrões de equilíbrio competitivo no antes e após a modificação da regra não permite, por si só, estabelecer uma relação causal direta. Outros fatores contextuais podem ter influenciado, de forma simultânea, tanto o desempenho desportivo das equipas como a evolução das condições demográficas e socioeconómicas das freguesias envolvidas. Futuras investigações deveriam apostar em estimações de modelos econométricos para considerar essa limitação.

Finalmente, não foi possível encontrar melhores variáveis para estimar os orçamentos dos clubes ou o poder de compra nas freguesias, o que poderia tornar a análise mais precisa e, apesar de ser um estudo com uma aparente reprodutibilidade, o carácter local da competição pode limitar a generalização dos resultados para outros contextos desportivos ou territoriais.

Referências

- Ahlfeldt, G., & Maennig, W. (2010). Stadium Architecture and Urban Development from the Perspective of Urban Economics. *International Journal of Urban and Regional Research*, 34(3), 629–646.
<https://doi.org/10.1111/j.1468-2427.2010.00908.x>
- Anderson, C., & Sally, D. (2013). *The numbers game: Why everything you know about soccer is wrong*. Penguin.
- Andreff, W. (2014). French professional football: how much different? In J. Goddard & P. Sloane (Eds.), *Handbook on the Economics of Professional Football* (pp. 298–321).
- Andreff, W. (2018). Financial and Sporting Performance in French Football Ligue 1: Influence on the Players' Market. *International Journal of Financial Studies*, 6(4), 91.
<https://doi.org/10.3390/ijfs6040091>
- Arrondel, L., & Duhautois, R. (2020). Are French Football Fans Sensitive to Outcome Uncertainty. *Economie et Statistique / Economics and Statistics*, 513, 5–26.
<https://doi.org/10.24187/ecostat.2019.513.2001>
- Associação de Futebol Popular de Barcelos. (2024). *Regulamento de Provas da Associação de Futebol*.
<https://Afpbarcelos.Pt/Uploads/Docs/RegulamentoProvasAFPB.Pdf?V=1>.
- Ávila-Cano, A., & Triguero-Ruiz, F. (2018). *The distribution of soccer leagues scores that generates the minimum of competitive balance: Truncated-Cascade Distribution*.
- Balish, S. M., Rainham, D., & Blanchard, C. (2015). Community size and sport participation across 22 countries. *Scandinavian Journal of Medicine & Science in Sports*, 25(6).
<https://doi.org/10.1111/sms.12375>
- Bocquet, M., & Dalakas, V. (2023). Nation Branding through Sports: The Impact of Qatar's Ownership of Paris Saint-Germain (PSG) on Qatar's Image by French Soccer Fans. *Atlantic Marketing Journal*, 12(1). <https://digitalcommons.kennesaw.edu/amj/vol12/iss1/6>
- Bourg, J.-F., & Gouguet, J.-J. (2023). *Socio-economics of sport – A critical analysis*. Université de Limoges. <https://doi.org/10.25965/ebooks.412>
- Brown, A., Mellor, G., Blackshaw, T., Crabbe, T., & Stone, C. (2006). *Football and its communities*. Manchester Metropolitan University.
- Cairns, J., Jennett, N., & Sloane, P. J. (1986). The Economics of Professional Team Sports: A Survey of Theory and Evidence. *Journal of Economic Studies*, 13(1), 3–80.
<https://doi.org/10.1108/eb002618>
- Costa, P. G. (2023, May 8). Mais de 4.000 adeptos nas bancadas em jogo de futebol popular em

- Barcelos. *O MINHO*. <https://ominho.pt/mais-de-4-000-adeptos-nas-bancadas-em-jogo-de-futebol-popular-em-barcelos/>
- Davies, L. E., Taylor, P., Ramchandani, G., & Christy, E. (2019). Social return on investment (SROI) in sport: a model for measuring the value of participation in England. *International Journal of Sport Policy and Politics*, 11(4), 585–605. <https://doi.org/10.1080/19406940.2019.1596967>
- Dietl, H. M., Lang, M., & Rathke, A. (2009). The Effect of Salary Caps in Professional Team Sports on Social Welfare. *The B.E. Journal of Economic Analysis & Policy*, 9(1). <https://doi.org/10.2202/1935-1682.2034>
- Dobson, S., & Goddard, J. (2001). The Economics of Football. In *The Economics of Football*. Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511493225>
- Douvis, J., & Billonis, T. (2005). *Implications and Consequences of the Bosman Ruling: The Case of the Greek Basketball League* (Vol. 40).
- Evans, R. (2014). A review of measures of competitive balance in the ‘analysis of competitive balance’ literature. *Birkbeck Sport Business Centre*, 7(2), 1–60.
- Eysenck, M. W., & Wilson, M. R. (2016). Sporting performance, pressure and cognition. In *An Introduction to Applied Cognitive Psychology* (2nd ed.). Psychology Press.
- Fløysand, A., & Jakobsen, S.-E. (2007). Commodification of rural places: A narrative of social fields, rural development, and football. In *Journal of Rural Studies* (Vol. 23).
- Fort, R., & Maxcy, J. (2003). Competitive Balance in Sports Leagues: An Introduction. *Journal of Sports Economics*, 4(2), 154–160. <https://doi.org/10.1177/1527002503004002005>
- Franck, E. (2010). Private firm, public corporation or member’s association – Governance structures in European football. *International Journal of Sport Finance*, 2(5), 108–127. <https://doi.org/https://doi.org/10.5167/uzh-35150>
- Franck, E. (2018). European Club Football after “Five Treatments” with Financial Fair Play—Time for an Assessment. *International Journal of Financial Studies*, 6(4), 97. <https://doi.org/10.3390/ijfs6040097>
- Franck, E. P. (2013). Financial Fair Play in European Club Football - What is it All About? *SSRN Electronic Journal*. <https://doi.org/10.2139/ssrn.2284615>
- Gerrard, B., & Kringstad, M. (2022). The multi-dimensionality of competitive balance: evidence from European football. *Sport, Business and Management: An International Journal*, 12(4), 382–402. <https://doi.org/10.1108/SBM-04-2021-0054>
- Gilch, L. A. (2022). *Nested Zero Inflated Generalized Poisson Regression for FIFA World Cup 2022*.

- <http://arxiv.org/abs/2205.04173>
- Hoffmann, R., Ging, L. C., & Ramasamy, B. (2002). The Socio-Economic Determinants of International Soccer Performance. *Journal of Applied Economics*, 5(2), 253–272.
<https://doi.org/10.1080/15140326.2002.12040579>
- Jordet, G. (2005). Applied cognitive sport psychology in team ball sports: an ecological approach. In R. Stelter & K. Roessler (Eds.), *New Approaches to Sport and Exercise Psychology* (pp. 147–174).
- Kim, D., & Lee, Y. H. (2025). The impacts of playoffs and division structure on the competitive balance of sports leagues. *Applied Economics*, 1–12.
<https://doi.org/10.1080/00036846.2025.2476774>
- Kringstad, M., & Gerrard, B. (2007). Beyond Competitive Balance. In *International Perspectives on the Management of Sport* (1st ed., pp. 149–172). Routledge.
- Kuper, S., & Szymanski, S. (2009). *Why England Lose & Other Curious Football Phenomena Explained*. Harper Collins Publishers.
- Kuper, S., & Szymanski, S. (2014). *Soccernomics: Why England Loses, Why Spain, Germany, and Brazil Win, and Why the U.S., Japan, Australia, Turkey and even India are Destined to Become the Kings of the World's most popular sport* (3rd ed.). Nation Books.
- Lanfranchi, P., & Taylor, M. J. (2001). Moving with the ball: the migration of professional footballers. *Choice Reviews Online*, 39(07), 39–4035. <https://doi.org/10.5860/CHOICE.39-4035>
- Macedo, A. (2023). *Ensaio Sobre Economia do Desporto: A Superliga Europeia de Futebol*. [Tese de Doutorado]. Universidade de Aveiro. <http://hdl.handle.net/10773/36474>
- Magee, J., & Sugden, J. (2002). “The World at their Feet” Professional Football and International Labor Migration. *Journal of Sport and Social Issues*, 26(4), 421–437.
<https://doi.org/10.1177/0193732502238257>
- Maia, R. S. (2016). *A identidade cultural no futebol globalização: Barcelona, Athletic Bilbao e a manutenção das raízes culturais*. Universidade Federal do Rio de Janeiro.
<http://hdl.handle.net/11422/6255>
- maisfutebol. (2021, February 23). *UEFA: futebol com impacto social de 1,67 mil milhões de euros em Portugal*. <https://maisfutebol.iol.pt/fpf/uefa-grow-sroi/uefa-futebol-com-impacto-social-de-1-67-mil-milhoes-de-euros-em-portugal>
- Marcén, M. (2014). *The impact of the Bosman ruling on the market for native soccer players* (MPRA Paper No. 61013). University Library of Munich, Germany. <https://mpra.ub.uni-muenchen.de/61013/>

- Marques, A. (2002). Competitive Balance in the Portuguese premier league of professional soccer. *EconWPA. Industrial Organization*.
- Michie, J., & Oughton, C. (2004). *Competitive balance in football : trends and effects. The sportsnexus*
- Mousa, S. (2020). Building social cohesion between Christians and Muslims through soccer in post-ISIS Iraq. *Science*, 369(6505), 866–870. <https://doi.org/10.1126/science.abb3153>
- Noll, R. G. (2002). The Economics of Promotion and Relegation in Sports Leagues. *Journal of Sports Economics*, 3(2), 169–203. <https://doi.org/10.1177/152700250200300205>
- Owen, P. D., Ryan, M., & Weatherston, C. R. (2007). Measuring Competitive Balance in Professional Team Sports Using the Herfindahl-Hirschman Index. *Review of Industrial Organization*, 31(4), 289–302. <https://doi.org/10.1007/s11151-008-9157-0>
- Pacheco, R., & Silva, J. G. (2001). *O ensino do futebol de 7: um jogo de iniciação ao futebol de 11*. Porto. Grafiasa.
- Parnell, D., & Richardson, D. (Eds.). (2015). *Football, Community and Social Inclusion*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315720036>
- Pawlowski, T. (2013). Testing the Uncertainty of Outcome Hypothesis in European Professional Football. *Journal of Sports Economics*, 14(4), 341–367. <https://doi.org/10.1177/1527002513496011>
- Pawlowski, T., & Anders, C. (2012). Stadium attendance in German professional football – the (un)importance of uncertainty of outcome reconsidered. *Applied Economics Letters*, 19(16), 1553–1556. <https://doi.org/10.1080/13504851.2011.639725>
- Peel, D., & Thomas, D. (1988). Outcome Uncertainty and the Demand for Football: an analysis of match attendances in the English Football League. *Scottish Journal of Political Economy*, 35(3), 242–249. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9485.1988.tb01049.x>
- Peeters, T., & Szymanski, S. (2014). Financial fair play in European football. *Economic Policy*, 29(78), 343–390. <https://doi.org/10.1111/1468-0327.12031>
- Pereira, A. P. S. (2007). *A competição no processo de formação dos jovens futebolistas em Portugal. Estudo realizados em todas as Associações de Futebol do país*. Faculdade de Desporto. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/14539/2/38113.pdf>
- Ramchandani, G., Plumley, D., Davis, A., & Wilson, R. (2023). A Review of Competitive Balance in European Football Leagues before and after Financial Fair Play Regulations. *Sustainability*, 15(5), 4284. <https://doi.org/10.3390/su15054284>
- Rottenberg, S. (1956). The Baseball Players' Labor Market. *Journal of Political Economy*, 64(3), 242–

258. <https://doi.org/10.1086/257790>
- SDGF. (2018). *The Contribution of Sports to the Achievement of Sustainable Development Goals: A Toolkit for Action*. https://www.sdgfund.org/sites/default/files/report-sdg_fund_sports_and_sdgs_web.pdf
- Sobkowicz, P., Frank, R. H., Biondo, A. E., Pluchino, A., & Rapisarda, A. (2020). Inequalities, chance and success in sport competitions: Simulations vs empirical data. *Physica A: Statistical Mechanics and Its Applications*, 557, 124899. <https://doi.org/10.1016/j.physa.2020.124899>
- Spaaij, R. (2009). *The Social Impact of Sport: Diversities, Complexities and Contexts* (1st ed.). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315875057>
- Szymanski, S. (2010). *Football Economics and Policy*. Palgrave Macmillan UK. <https://doi.org/10.1057/9780230274266>
- Szymanski, S., & Késenne, S. (2004). Competitive balance and gate revenue sharing in team sports. *The Journal of Industrial Economics*, 52(1), 165–177. <https://doi.org/10.1111/j.0022-1821.2004.00220.x>
- Szymanski, S., & Kuypers, T. (1999). *Winners and Losers: The Business Strategy of Football*. PenguinPutnam. <https://doi.org/10.1177/152700250100200406>
- UEFA. (2015, June 30). “Fair play” financeiro: tudo o que precisa saber. <https://pt.uefa.com/news-media/news/0222-0e89a7a3c455-71f07795acb3-1000-fair-play-financeiro-tudo-o-que-precisa-saber/>
- UEFA. (2019, April 9). *The importance of social return on investment*. <https://www.uefa.com/news-media/news/0250-0f8e6a605726-2468bc103ecc-1000-the-importance-of-social-return-on-investment/>
- UEFA. (2020, December 2). *UEFA Explainer: valuing European football's social return on investment*. <https://www.uefa.com/news-media/news/0264-10fe1ac0497c-ffe49c301d3e-1000-uefa-explainer-valuing-european-football-s-social-return-on-/>
- Wicker, P., & Breuer, C. (2015). How the Economic and Financial Situation of the Community Affects Sport Clubs' Resources: Evidence from Multi-Level Models. *International Journal of Financial Studies*, 3(1), 31–48. <https://doi.org/10.3390/ijfs3010031>
- Woodman, T., & Hardy, L. (2003). The relative impact of cognitive anxiety and self-confidence upon sport performance: a meta-analysis. *Journal of Sports Sciences*, 21(6), 443–457. <https://doi.org/10.1080/0264041031000101809>
- Zimbalist, A. S. (2002). Competitive Balance in Sports Leagues. *Journal of Sports Economics*, 3(2),

111–121. <https://doi.org/10.1177/152700250200300201>

Anexo 1- Pontuações das Épocas do Campeonato Popular de Futebol de Barcelos

Época 18/19	Jogos	Vitórias	Empates	Derrotas	Pontos
ACD Carapeços	34	29	2	3	89
ADC Remelhe	34	25	3	6	78
GDR Leocadenses	34	20	6	8	66
AD Carvalhal	34	19	5	10	62
FC Oliveira	34	17	7	10	58
ARC Sequeade	34	15	7	12	52
ACD Pereira	34	13	10	11	49
JRC Perelhal	34	13	7	14	46
GD Fragoso	34	12	10	12	46
GD Macieira	34	13	6	15	45
Leões da Serra FC	34	9	14	11	41
Palme FC	34	10	9	15	39
FC de Negreiros	34	10	7	17	37
ADRC Fonte Coberta	34	8	11	15	35
Lijó FC	34	8	8	18	32
ND da Silva	34	7	5	22	26
GDR Campo	34	4	13	17	25
A Baluganense CD	34	6	6	22	24

Época 17/18	Jogos	Vitórias	Empates	Derrotas	Pontos
AD Carvalhal	34	23	5	6	74
Leões da Serra FC	34	21	10	3	73
ADC Remelhe	34	19	10	5	67
ACD Carapeços	34	20	5	9	65
GD Macieira	34	18	8	8	62
GDR Leocadenses	34	18	7	9	61
ACD Pereira	34	12	14	8	50
FC de Negreiros	34	13	7	14	46
JRC Perelhal	34	10	14	10	44
GD Fragoso	34	12	7	15	43
Palme FC	34	11	9	14	42
GDR Campo	34	9	14	11	41
ND da Silva	34	10	7	17	37
FC Oliveira	34	8	11	15	35
A Baluganense CD	34	8	10	16	34
GD Feitos	34	8	5	21	29
ARC Cossourado	34	5	12	17	27
GD Pedra Furada	34	1	5	28	8

Época 16/17	Jogos	Vitórias	Empates	Derrotas	Pontos
ACD Pereira	34	19	11	4	68
Leões da Serra FC	34	19	9	6	66
FC de Negreiros	34	18	9	7	63
ACD Carapeços	34	16	5	13	53
FC Oliveira	34	14	11	9	53
ARC Cossourado	34	13	7	14	46
GDR Leocadenses	34	11	12	11	45
ND da Silva	34	11	12	11	45
GDR Campo	34	11	11	12	44
AD Carvalhal	34	11	10	13	43
GD Pedra Furada	34	11	10	13	43
GD Macieira	34	9	16	9	43
A Baluganense CD	34	11	9	14	42
ADC Remelhe	34	10	12	12	42
Palme FC	34	11	6	17	39
ARC Sequeade	34	9	10	15	37
ADCR Silveiros	34	7	9	18	30
ADRC Fonte Coberta	34	5	11	18	26

Época 14/15	Jogos	Vitórias	Empates	Derrotas	Pontos
ACD Carapeços	30	17	10	3	61
GDR Leocadenses	30	13	11	6	50
ADC Remelhe	30	15	4	11	49
GDR Campo	30	13	9	8	48
FC de Negreiros	30	14	5	11	47
ARC Sequeade	30	12	9	9	45
Leões da Serra FC	30	11	12	7	45
GD Macieira	30	12	8	10	44
ND da Silva	30	10	14	6	44
AD Carvalhal	30	0	8	12	38
GDC Cristelo	30	8	14	8	38
ARC Cossourado	30	8	13	9	37
ACD Pereira	30	11	4	15	37
JRC Perelhal	30	8	7	15	31
GD Creixomil	30	6	10	14	28
AD Milhazes	30	0	6	24	6

Época 13/14	Jogos	Vitórias	Empates	Derrotas	Pontos
ND da Silva	30	24	3	3	75
ACD Carapeços	30	17	5	8	56
GD Macieira	30	13	11	6	50

GDR Leocadenses	30	13	9	8	48
GDR Campo	30	12	9	9	45
GDC Cristelo	30	13	3	14	42
GD Creixomil	30	11	8	11	41
ARC Cossourado	30	11	8	11	41
AD Carvalhal	30	11	7	12	40
AD Milhazes	30	11	7	12	40
Leões da Serra FC	30	11	6	13	39
ACD Pereira	30	10	9	11	39
ARC Sequeade	30	9	10	11	37
Carvalhas FC	30	9	9	12	36
ADRC Fonte Coberta	30	5	6	19	21
FC Oliveira	30	3	4	23	13

Época 12/13	Jogos	Vitórias	Empates	Derrotas	Pontos
ACD Carapeços	30	19	6	5	63
GDR Leocadenses	30	18	7	5	61
ACD Pereira	30	18	4	8	58
GD Macieira	30	14	8	8	50
Leões da Serra FC	30	14	8	8	50
AD Carvalhal	30	14	8	8	50
GDC Cristelo	30	14	5	11	47
GD Creixomil	30	10	11	9	41
ADRC Fonte Coberta	30	12	4	14	40
GDR Campo	30	11	5	14	38
ND da Silva	30	11	5	14	38
ARC Sequeade	30	9	7	14	34
FC Oliveira	30	8	7	15	31
Palme FC	30	8	6	16	30
ADCR Silveiros	30	7	3	20	24
GD Pedra Furada	30	4	4	22	16

Época 11/12	Jogos	Vitórias	Empates	Derrotas	Pontos
GDR Leocadenses	30	23	3	4	72
ACD Carapeços	30	22	6	2	72
Palme FC	30	17	3	10	54
GD Creixomil	30	15	7	8	52
ND da Silva	30	14	9	7	51
GD Macieira	30	14	5	11	47
ACD Pereira	30	12	8	10	44
GDR Campo	30	11	10	9	43
Leões da Serra FC	30	11	10	9	43

ADRC Fonte Coberta	30	11	9	10	42
AD Carvalhal	30	8	7	15	31
ARC Sequeade	30	7	9	14	30
GD Pedra Furada	30	5	11	14	26
ARC Cossourado	30	4	9	17	21
Lijó FC	30	3	8	19	17
GDC Cristina	30	4	4	22	16

Época 10/11	Jogos	Vitórias	Empates	Derrotas	Pontos
ACD Carapeços	26	20	3	3	63
GD Creixomil	26	18	3	5	57
GDR Leocadenses	26	14	7	5	49
ND da Silva	26	15	3	8	48
Palme FC	26	14	4	8	46
AD Carvalhal	26	11	10	5	43
GD Macieira	26	12	2	12	38
GDC Cristina	26	9	5	12	32
GDR Campo	26	8	6	12	30
ACD Pereira	26	7	8	11	29
ARC Sequeade	26	6	6	14	24
ADRJ S.Martinho	26	7	2	17	23
GD Águas Santas	26	5	2	19	17
GDRM Paradela	26	4	3	19	15

Época 09/10	Jogos	Vitórias	Empates	Derrotas	Pontos
GDR Leocadenses	26	19	5	2	62
ACD Carapeços	26	18	5	3	59
ND da Silva	26	16	5	5	53
ARC Sequeade	26	12	6	8	42
Palme FC	26	11	8	7	41
GDR Campo	26	12	1	12	37
ACD Pereira	26	10	7	9	37
GD Creixomil	26	10	4	12	34
AD Carvalhal	26	8	9	8	33
GDRM Paradela	26	6	7	13	25
GD Águas Santas	26	5	9	12	24
ADCR Silveiros	26	5	7	14	22
FC Oliveira	26	4	8	14	20
ADRC Fonte Coberta	26	2	5	19	11

Época 07/08	Jogos	Vitórias	Empates	Derrotas	Pontos
AD Carvalhal	24	15	8	1	53

AD Carreira	24	15	7	2	52
ACD Carapeços	24	14	9	1	51
GDR Leocadenses	24	10	7	7	37
ACDR Cambeses	24	9	7	8	34
ADRC Fonte Coberta	24	8	8	8	32
GDRM Paradela	24	6	11	7	29
ARC Sequeade	24	8	3	13	27
GD Creixomil	24	6	7	11	25
GDR Campo	24	7	4	13	25
GD Águas Santas	24	6	6	12	24
GDC Cristina	24	3	10	11	19
ACD Pereira	24	2	7	15	13

Época 06/07	Jogos	Vitórias	Empates	Derrotas	Pontos
AD Carreira	26	18	6	2	60
AD Carvalhal	26	15	9	2	54
ARC Várzea	26	13	9	4	48
ACD Carapeços	26	12	10	4	46
GD Creixomil	26	12	5	9	41
GDR Leocadenses	26	11	7	8	40
GD Águas Santas	26	9	9	8	36
GDRM Paradela	26	11	2	13	35
ADRC Fonte Coberta	26	10	4	12	34
GDR Campo	26	9	3	14	30
ACD Pereira	26	5	6	15	21
JRC Perelhal	26	5	6	15	21
Lijó FC	26	4	8	14	20
ADRJ S.Martinho	26	3	6	17	15

Época 05/06	Jogos	Vitórias	Empates	Derrotas	Pontos
AD Carreira	26	19	6	1	63
ACD Carapeços	26	17	3	6	54
AD Carvalhal	26	14	6	6	48
GD Águas Santas	26	13	8	5	47
ARC Várzea	26	10	13	3	43
GDR Campo	26	11	7	8	40
JRC Perelhal	26	11	7	8	40
GDR Leocadenses	26	11	6	9	39
GD Creixomil	26	9	3	14	30
ADRC Fonte Coberta	26	8	4	14	28
Lijó FC	26	6	5	15	23
AD Milhazes	26	4	6	16	18

ADCR Vila Boa	26	3	7	16	16
ARC Cossourado	26	2	7	17	13

Época 04/05	Jogos	Vitórias	Empates	Derrotas	Pontos
GDR Campo	22	15	5	2	50
ACD Carapeços	22	15	4	3	49
ADRC Fonte Coberta	22	11	2	9	35
ARC Várzea	22	10	5	7	35
AD Carreira	22	9	7	6	34
JRC Perelhal	22	10	2	10	32
GD Creixomil	22	8	5	9	29
UCR Aborim	22	6	7	9	25
AD Carvalhal	22	6	6	10	24
Lijó FC	22	4	8	10	20
ARC Sequeade	22	3	8	11	17
Leões da Serra FC	22	3	5	14	14

Época 03/04	Jogos	Vitórias	Empates	Derrotas	Pontos
ACD Carapeços	20	12	5	3	41
GD Creixomil	20	11	4	5	37
UCR Aborim	20	11	2	7	35
GDR Campo	20	9	7	4	34
ADRC Fonte Coberta	20	10	3	7	33
ARC Várzea	20	9	4	7	31
AD Carvalhal	20	9	3	8	30
JRC Perelhal	20	6	5	9	23
AD Carreira	20	5	6	9	21
ADCR Vila Boa	20	3	3	14	12
GD Águas Santas	20	3	2	15	11

Época 02/03	Jogos	Vitórias	Empates	Derrotas	Pontos
JRC Perelhal	22	14	6	2	48
AD Carvalhal	22	14	5	3	47
ADRC Fonte Coberta	22	11	4	7	37
AD Carreira	22	10	6	6	36
GD Creixomil	22	11	2	9	35
GD Águas Santas	22	9	4	9	31
GDR Campo	22	8	5	9	29
ACD Carapeços	22	6	10	6	28
ARC Várzea	22	7	6	9	27
ACD Pereira	22	5	9	8	24
AD Milhazes	22	2	5	15	11

Alheira FC	22	2	4	16	10
------------	----	---	---	----	----

Época 01/02	Jogos	Vitórias	Empates	Derrotas	Pontos
AD Carvalhal	22	11	6	5	39
GD Creixomil	22	11	5	6	38
GD Águas Santas	22	9	8	5	35
GDR Campo	22	10	5	7	35
ARC Várzea	22	9	7	6	34
ACD Pereira	22	10	2	10	32
AD Milhazes	22	8	5	9	29
Alheira FC	22	8	3	11	27
ACD Carapeços	22	5	11	6	26
ADRC Fonte Coberta	22	7	5	10	26
ADCR Vila Boa	22	7	4	11	25
Lijó FC	22	4	5	13	17

Época 00/01	Jogos	Vitórias	Empates	Derrotas	Pontos
GD Águas Santas	22	14	7	1	49
GD Creixomil	22	14	2	6	44
ADCR Vila Boa	22	12	8	2	44
ACD Carapeços	22	11	6	5	39
GDR Campo	22	11	4	7	37
ADRC Fonte Coberta	22	10	3	9	33
AD Milhazes	22	9	5	8	32
AD Carvalhal	22	7	7	8	28
ARC Várzea	22	8	2	12	26
Lijó FC	22	6	3	13	21
Palme FC	22	4	3	15	15
UCR Aborim	22	0	2	20	2

Época 99/00	Jogos	Vitórias	Empates	Derrotas	Pontos
GD Águas Santas	30	24	3	1	75
GD Creixomil	30	22	1	7	67
GDR Campo	30	20	6	4	66
AD Milhazes	30	18	3	9	57
ADCR Vila Boa	30	17	6	7	57
ACD Carapeços	30	18	3	9	57
ARC Várzea	30	17	4	9	55
Palme FC	30	13	8	9	47
AD Carvalhal	30	13	5	12	44
ADRC F. Coberta	30	13	4	13	43
Lijó FC	30	9	8	13	35

UCR Aborim	30	7	8	15	29
FC Oliveira	30	4	6	20	18
GDR M. Paradela	30	3	4	23	13
FC Lírio do Neiva	30	3	2	25	11
GD Pedra Furada	30	1	3	26	6

Anexo 2- HHI_{max} calculados por Ávila-Cano e Triguero-Ruiz

Nº de equipas	Jogos ganhos em cascada	Valor de HHI máximo
2	1	1,000000
3	1	0,593750
4	1	0,413333
5	2	0,325103
6	2	0,266272
7	3	0,224377
8	3	0,195398
9	3	0,172390
10	4	0,154167
11	4	0,139757
12	4	0,127543
13	5	0,117400
14	5	0,108797
15	5	0,101235
16	6	0,094785
17	6	0,089071
18	7	0,083938
19	7	0,079471
20	7	0,075402
21	8	0,071716
22	8	0,068415
23	8	0,065370
24	9	0,062596
25	9	0,060059